**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2021**

**PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2021**

**1. PREÂMBULO**

**1.1 A PREFEITURA MUNICIPAL DE HEITORAÍ/GO,** por intermédio da COMISSÃO DE LICTAÇÃO, torna público que no **dia 26/04/2021 às 09 horas**, na Prefeitura Municipal de Heitoraí, localizada na Av. Coronel Heitor, sn, Centro, Heitoraí/GO, realizará processo licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO do tipo “MENOR PREÇO GLOBAL”**, autorizada no **PROCESSO Nº 906683/2020**, que será regida, pela Lei Federal nº 10.520/2002, pela Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, Decreto Federal nº. 10.024 de 20 de setembro de 2019, aplicando-se, subsidiariamente pela Lei Federal n. 8.666/93, suas alterações e demais especificações e condições constantes neste Edital e seus anexos.

**1.2** Os trabalhos serão conduzidos por pessoa física capacitada, denominado Pregoeiro (a), mediante a inserção e monitoramento constante da página eletrônica <https://bll.org.br/> “Acesso BLL Compras”.

**1.2.1** Recebimento das propostas: **do dia 13/04/2021, às 08h00, ao dia 26/04/2021, às 08h00.**

Abertura das propostas/Sessão Pública: **dia 26/04/2021 às 08h00.**

**1.2.2** Início da sessão de disputa de preços às **09h00** do dia **26/04/2021**, em conformidade com o disposto no art. 53 do Decreto nº 10.024/19, os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

**1.2.3** Os fornecedores deverão observar, rigorosamente, as datas e os horários limites previstos para o recebimento e a abertura das propostas, atentando, também, para o início da disputa;

**1.2.4 É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES LICITANTES NO SISTEMA, EM QUALQUER HIPÓTESE, ANTES DO TÉRMINO DA FASE COMPETITIVA DO PREGÃO.**

**1.3 FORMALIZAÇÕES DE CONSULTA/ENCAMINHAMENTOS:**

1. Endereço: Av. Coronel Heitor s/n Centro Heitoraí/Go CEP: 76670-000
2. Pregoeiros: WATTINEY RODRIGUES DE BRITO;
3. Email: prefeituraheitorai@gmail.com
4. Telefone: 62 33463123

**2. DO OBJETO**

* 1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos, instalação, configuração, manutenção e suporte técnico para fortalecer a segurança do município de Heitoraí por meio da implantação do sistema de vídeo-monitoramento urbano em vias públicas atendendo ao Convênio 906683/2020 do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
  2. Critério de julgamento: **Menor Preço GLOBAL**.
  3. Valor estimado da licitação é de **R$ 251.514,49.**

**3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

* 1. Poderão participar do certame as Empresas pertencentes ao ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que estejam inscritas no Cadastro de Fornecedores do Município de Heitoraí-GO ou que atenderem às exigências deste Edital e seus Anexos e apresentarem toda a documentação exigida no ato da licitação.
  2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, os interessados que tenham funcionário ou membro servidor do Município como dirigente, acionista detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador ou responsável técnico.
  3. Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação, do ramo pertinente e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.
  4. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação exigida para cadastramento junto à **Bolsa de Licitações e Leilões**, acessando o endereço eletrônico <https://bll.org.br/>.
  5. É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.
  6. Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal.
  7. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à **Bolsa de Licitações e Leilões** até, no mínimo, **uma hora antes** do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.
  8. O cadastramento do licitante deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

**a) Instrumento particular de mandato** outorgando à corretora associada, por meio de seu operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela **Bolsa de Licitações e Leilões;**

**b)** Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital (Anexo IV)**.**

**c)** Especificações do produto objeto da licitação em conformidade com edital, constando preço, marca, modelo e, mediante solicitação da(o) pregoeira(o) no ícone ARQ, inserção de catálogos do fabricante**. A empresa participante do certame não deve ser identificada (Decreto 10.024 art. 30, parágrafo 5º).**

* 1. **O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações e Leilões, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações e Leilões.**

**4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

1. O certame será conduzido pela(o) Pregoeira(o), com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

c) abrir as propostas de preços;

d) analisar a aceitabilidade das propostas;

e) desclassificar propostas indicando os motivos;

f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

h) declarar o vencedor;

i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;

j) elaborar a ata da sessão;

k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;

l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

**5. credenciamento NO SISTEMA LICITAÇÕES da BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES**

**5.1.** As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item **3.8 “a”,** com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à **Bolsa de Licitações e Leilões**, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

**5.2.** A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à **BLL – Bolsa de Licitações e Leilões**, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

**5.3.** O acesso do operador ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

**5.4.** A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da **BLL - Bolsa De Licitações e Leilões**.

**5.5.** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações e Leilões a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**5.6.** O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**5.7.** A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

**5.8.** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

**5.9.** Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3042-9909 e 3091-9654, ou através da **Bolsa de Licitações e Leilões** ou pelo e-mail [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br)**.**

**6. abertura DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES**

**6.1**. A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando a Pregoeira a avaliar a aceitabilidade das propostas.

**6.2.** A comunicação entre a(o) Pregoeira(o) e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

**6.3.** Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**6.4.** Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

**6.5.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**6.6.** Não serão aceitas propostas com valores superiores ao máximo fixado no Edital (REFERENTE AO VALOR UNITÁRIO E GLOBAL) e não havendo lances com valores iguais ou inferiores ao valor previsto as propostas serão desclassificadas.

**6.7.** Fica a critério da(o) pregoeira(o) a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, durante a disputa de lances. Não é possível corrigir lances de proposta ou depois da fase de lances.

**6.8.** Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes. Decreto 10.024/19 art. 30 § 5º.

**6.9**. No caso de desconexão com a(o) Pregoeira(o), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, na Forma Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando a(o) Pregoeira(o), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

**6.10.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão, na Forma Eletrônica será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail) divulgando data e hora da reabertura da sessão.

**6.11** A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública. (MODO DE DISPUTA ABERTO).

**6.12** A prorrogação automática de etapa de envio de lances, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

**6.13**. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

**6.14.** Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, a(o) Pregoeira(o)poderá ser assessorado pela Equipe de Apoio, admitir o reinicio da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preços, mediante justificativa.

**6.15.** O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pela(o) Pregoeira(o) acerca da aceitação do lance de menor valor.

**6.16**. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, deverão ser encaminhados em até 02 horas, contadas após a solicitação da(o) pregoeira(o), através do e-mail: prefeituraheitorai@gmail.com, sob pena de inabilitação da proponente.

**6.17**. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio da plataforma da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, as propostas informando especificações, marcas e modelo dos itens ofertados conforme o Anexo I – termo de referência e Anexo II – modelo de proposta, e, os respectivos anexos, concomitantemente com os documentos de habilitação, até a data e hora marcada para abertura da sessão.

**6.18.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha privativa do licitante na plataforma da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

**6.19**. A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação dentro das condições dispostas nos itens: 6.16.

**6.20**. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido acarretará nas sanções previstas no item 14, deste Edital, podendo a(o) Pregoeira(o) convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

**6.21**. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender as exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital. Também nessa etapa a(o) Pregoeira(o), poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

**6.22**. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

**6.23**. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

**7 – PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO**

**7.1**. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**7.2.** No preenchimento da proposta eletrônica (campo do sistema) deverá constar a especificação do objeto e o valor global do objeto.

**7.3.** Deverá ser apresentado a proposta em papel timbrado e assinado (**ANEXO II – Modelo de Proposta)** seguindo a orientação do Ministério da Justiça e Segurança Pública, através do Ofício-Circular nº 33/2020/GAB-SEGEN/SEGEN/MJ, referenciado o Acordão 2303/2019 – TCU-PLENÁRIO, determina que em vista do disposto no art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993, aplicável aos convênios por força do art. 116 do mesmo diploma, será exigido que as propostas físicas ou anexadas contenham indicação de marca, modelo e especificação completa dos itens ofertados, onde serão analisadas ao exigido nas especificações ao Edital e Termo de Referência, sendo desclassificada a proposta que não apresentarem da forma exigida e não comprovarem a característica especificadas;

**7.3.** O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no (**ANEXO I – Termo de Referência)**.

**7.4**. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

**7.5.** Deverá apresentar **Declaração de Garantia** para todos os itens, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir do recebimento definitivo dos materiais, salvo o uso indevido, desgaste natural ou acidente, com garantia expressa de troca do material defeituoso no decorrer do prazo sem ônus para a administração. Compromete-se durante o período de garantia, a cumprir suas obrigações, diretamente ou por intermédio de sua(s) representante(s) ou sua(s) credenciada(s). **(Anexo VII).**

**7.5.1.** Quando se tratar de garantia superior do próprio fabricante, esta deverá ser comprovada em documento do fabricante.

**7.6.** Após a fase de lance, a critério do Pregoeiro(a), poderá ser solicitado os **Manuais, folderes, catálogos, prospectos ou quaisquer comprovações dos fabricantes para todos os itens/equipamentos que compõe o objeto,** com as especificações técnicas, contendo a descrição detalhada de cada item ofertado, inclusive modelo para fins de aferição das especificações técnicas mínimas constantes do Anexo I deste edital, devendo estar, na língua portuguesa (Brasil) ou inglesa.

**7.6.1.** Caso o catálogo impresso do site oficial do fabricante for omisso na descrição de algum item de composição, será aceito Declaração Complementar da Fabricante, descrevendo a especificação faltante no prospecto.

**7.6.2.** Caso o catálogo impresso do site oficial do fabricante for omisso na descrição de algum item de composição, será aceito Declaração Complementar da Fabricante, descrevendo a especificação faltante no prospecto.

**7.6.3.** No caso de apresentação de catálogo impresso pela Internet ou Declaração/Ficha Técnica com diversas marcas/modelos do equipamento e/ou de seus itens de composição, a proponente deverá identificar qual a marca e modelo em que estará concorrendo na licitação.

**7.6.4.** Ficam vedadas quaisquer transformações, montagens ou adaptações na especificação original do catálogo.

**7.6.5.** Poderá a qualquer momento, o pregoeiro promover diligências juntos aos fabricantes para informações ou comprovações, onde o detentor da proposta deverá fornecer os dados de contatos oficiais no caso de solicitação.

**7.7.** Após a análise do item 7.6 e subitens, poderá a critério exclusivo da administração, a primeira colocada ser convocada a realizar Prova de Conceito (PoC) conforme descrito no Termo de Referência.

**8. PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO**

**8.1**. A Empresa arrematante, deverá enviar a Prefeitura Municipal de Heitoraí, aos cuidados da(o) Pregoeira(o), **através do e-mail** prefeituraheitorai@gmail.com, a Proposta de Preços escrita, com o(s) valor(es) oferecido(s) após a etapa de lances, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Inscrição Estadual, endereço completo, número de telefone e fax, número de agência de conta bancária, no prazo de 02 (duas) horas.

**Na proposta escrita, deverá conter:**

**a)** Os tributos já inclusos no valor do objeto;

**b)** O prazo de validade que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;

**c)** Atendendo a orientação do Ministério da Justiça e Segurança Pública, através do Ofício-Circular nº 33/2020/GAB-SEGEN/SEGEN/MJ, referenciado o Acordão 2303/2019 – TCU-PLENÁRIO, determina que em vista do disposto no art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993, aplicável aos convênios por força do art. 116 do mesmo diploma, será exigido que as propostas físicas ou anexadas contenham indicação de marca, modelo e especificação completa dos itens ofertados, onde serão analisadas ao exigido nas especificações ao Edital e Termo de Referência, sendo desclassificada a proposta que não apresentarem da forma exigida e não comprovarem a característica especificadas;

**d)** Data e assinatura do Representante Legal da proponente.

**8.2.** Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o Menor preço - Compras - Unitário por item.

**8.3.** Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e demais despesas e encargos inerentes ao produto até sua entrega no local fixado por este Edital.

**8.4**. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

**9. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

**9.1.** Para julgamento será adotado o critério **de Menor preço - GLOBAL**, observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital e Termo de Referência.

**9.2.** A(o) Pregoeira(o) anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pela(o) Pregoeira(o) acerca da aceitação do lance de menor valor.

**9.3.** Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

**9.4.** Ocorrendo a situação a que se referem os subitens 6.20 e 6.21 deste Edital, a(o) Pregoeira(o) poderá negociar com a licitante para que seja obtido melhor preço.

**9.5**. O sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

**10. DA HABILITAÇÃO**

**10.1.** Para comprovar habilitação neste pregão a licitante detentora da melhor oferta deverá apresentar os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

**10.1.1. Documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

I – Registro comercial, no caso de Empresário (Requerimento de Empresário); **ou**

II – Ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; **ou**

III – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de eleição da diretoria em exercício; **ou ainda**

IV – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de Cooperativa, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 5.764, de 16/12/1971, quando a atividade assim o exigir.

**10.1.2. Documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL:**

I – Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (C.N.P.J.).

II – Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.

III – Certidão Conjunta Negativa Ou Positiva, com efeito de negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Divida Ativa em que abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei n° 8.212 de 24 de julho de 1991 e de acordo com a resolução PGFN/RFB n° 1.751 de 02 de outubro de 2014.

IV – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicilio ou sede da empresa do proponente, na forma da Lei.

V – Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (Certidão de Tributos Estaduais) emitido pelo órgão competente, da localidade de domicilio ou sede da empresa do proponente, na forma da Lei.

VI – Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (Certidão Negativa do Mobiliário) ou (Certidão Negativa de Débitos Gerais), emitida pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa proponente, na forma da Lei.

VII – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**10.1.3. Relativos à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

1. Se dará por meio de comprovação através da apresentação Capacidade Técnica Operacional e Capacidade Técnica Profissional.
2. Para comprovação de Capacidade Técnica Operacional deverá apresentar:

I - Prova de registro com a devida regularidade da empresa perante Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA com jurisdição no Estado em que for sediada a Empresa Proponente. A prova de regularidade dar-se-á através da Certidão de Pessoa Jurídica do CREA em vigor na data da entrega das propostas.

II - Atestados, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprovem que a empresa tenha executado contratos de fornecimento, compatíveis em características, quantidades e prazo com o objeto deste TERMO DE REFERENCIA. Sendo para comprovação de compatibilidade a seguinte quantidade mínima do objeto vídeo monitoramento contendo fornecimento, instalação, configuração, manutenção e suporte técnico on-site 24x7, dos seguintes itens:

- Câmeras IP Speed Dome;

- Joystick/Mesa Controladora

- Servidor de monitoramento e armazenamento de imagens

- software/licença de monitoramento;

- Nobreak de 5kva ou superior;

- Switches Giga 8 portas ou superior;

- Postes com 9 metros ou superior;

- 1.700 metros de Fibra óptica contemplando projeto junto a concessionária de energia para uso de compartilhamento dos postes

III - Atestados, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprovem que a empresa tenha executado contratos, compatíveis em características, quantidades e prazo com o objeto deste TERMO DE REFERENCIA. Sendo para comprovação de compatibilidade a seguinte:

- Elaboração de Projeto de Fibra óptica aérea contemplando levantamento de campo, desenho técnico e aprovação junto a Concessionária de energia elétrica para liberação de utilização dos postes;

- Elaboração de projeto de pontos de monitoramento com câmeras IP de alta definição com completa infraestrutura de fixação nas vias urbanas, tais como: postes, suportes, alimentação, aterramento, cabeamentos, equipamentos de proteção e de transmissão de dados;

IV - Prova que possui em seu quadro (matriz ou filial), na data da entrega da proposta, Responsável Técnico habilitado perante Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA sendo Engenheiro Eletricista, ou Eletrônico, ou Telecomunicações (de acordo com as atribuições privativas dadas pela Resolução 218 do CONFEA) da seguinte forma:

- Em se tratando de sócio da empresa, a prova será feita por intermédio da apresentação do Contrato Social ou Ato Constitutivo;

- No caso de empregado, mediante cópia da carteira de trabalho ou outro documento legal que comprove o vínculo empregatício, nos termos da legislação vigente;

- No caso de contrato de serviço, o mesmo deverá ser apresentado na íntegra em original ou cópia autenticada;

- Para comprovação do registro dos profissionais junto ao CREA, deverá ser apresentada a Certidão de Registro de Pessoa Física, da região da sede da empresa.

1. Para comprovação de Capacidade Técnica Profissional deverá comprovar que possui, Responsável Técnico habilitado perante Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA sendo Engenheiro Eletricista, ou Eletrônico, ou Telecomunicações (de acordo com as atribuições privativas dadas pela Resolução 218 do CONFEA) detentor de Atestados, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (C.A.T.) emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA que comprovem que o profissional tenha executado os seguintes serviços:

- Projeto e Execução de Fibra óptica aérea contemplando levantamento de campo, desenho técnico e aprovação junto a Concessionária de energia elétrica para liberação de utilização dos postes;

- Projeto e Execução de Instalação elétrica de energização de pontos de monitoramento junto a concessionária de energia;

- Projeto e Execução de Circuito Fechado de TV;

- Projeto de rede estabilizada;

- Projeto de cabeamento estruturado;

- Projeto de equipamento de comunicação.

1. A licitante deverá apresentar declaração informando que o profissional detentor do atestado(s) técnico será o responsável pela execução dos serviços.

**10.3. Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**10.3.1.** Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, observado o prazo estipulado no subitem **10.6.1** do edital.

**10.3.2.** Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social vigente, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base à variação ocorridos no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir.

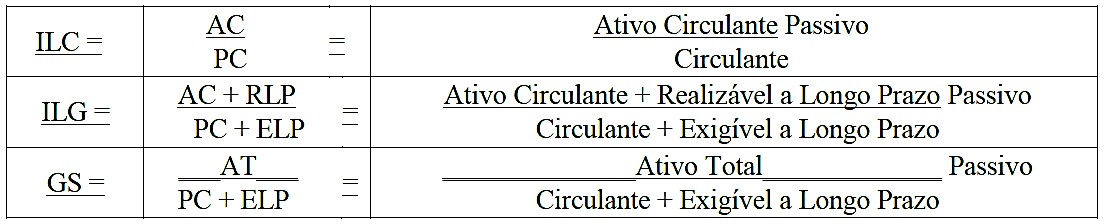
**10.3.2.1.** As empresas recém constituídas e que não tenham promovido a apuração dos primeiros resultados, poderão participar do certame apresentando o seu Balanço de Abertura que demonstre sua situação econômico-financeira, devidamente registrado.

**10.3.2.2.** A Capacidade financeira, apresentando as demonstrações contábeis do último exercício social, deverá ser datado e assinado pelo representante legal e por Contador da empresa devidamente inscrito no CRC (Conselho Regional de Contabilidade) demonstrando a boa situação financeira da empresa o qual deverá ser maior ou igual a 1:

- ILC: Índice de Liquidez Corrente ou,

- ILG: Índice de Liquidez Geral ou,

- GS: Grau de Solvência



**10.3.2.3.** As licitantes interessadas em concorrer a esta licitação caso não comprove os índices descritas no subitem anterior, poderão comprovar possuir capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do total estimado, ou seja, o capital social ou patrimônio líquido não poderá ser inferior a 10% (dez por cento) do total da proposta apresentada.

**10.4.** Declaração, mediante documento firmado pelo representante legal da Proponente, sob as penas da lei, de que não possui em seu quadro de funcionários, empregados menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal), em conformidade com o (**Anexo IV)**, sob pena de inabilitação.

**10.5. -** Declaração, observadas penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação, conforme (**Anexo VI)** deste Edital.

**10.6. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO.**

**10.6.1.** Serão aceitos documentos desde que expressem sua validade, ou quando não declarada sua validade, expedidos no máximo 90 (noventa) dias anteriores à data da apresentação da documentação de habilitação e proposta.

**10.6.2.** Toda a documentação apresentada pela licitante, para fins de habilitação, deverá pertencer à empresa que efetivamente fornecerá o objeto, ou seja, o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica-CNPJ deverá ser o mesmo em todos os documentos, exceto se, comprovadamente, demonstrar que o recolhimento de contribuições (INSS e FGTS) e/ou balanço é centralizado, bem como os atestados de capacidade técnica, que poderão pertencer a matriz ou a filial, independentemente do estabelecimento que esteja participando.

**10.6.3.** Todo e qualquer documento que assim o possibilite, poderá, a critério do(a) Pregoeiro(a), no que couber, ter a sua autenticidade e/ou validade aferida via internet.

**10.6.4.** Não será prorrogado o prazo para apresentação dos documentos exigidos no edital, salvo nas hipóteses nele autorizadas.

**10.7.** A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento e a anuência às exigências de habilitação previstas no edital.

**10.8.** Os documentos de habilitação anexados ao sistema deverão ser cópias fiéis de documentos originais ou autenticados.

**10.9.** **O(a) pregoeiro(a) irá(ao) declarar a licitante efetivamente vencedora do certame, somente após a análise conclusiva das documentações, observadas todas as exigências fixadas no edital.**

**11. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS**

**11.1.** Os equipamentos que compõe o objeto da presente licitação, no momento da entrega, deverão atender às condições estipuladas no Edital e seus anexos.

**11.1.1.** A entrega e instalação dos bens deverá cumprir os seguintes prazos:

I - A entrega dos bens deverá ocorrer em até é de até 60 dias da emissão da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente;

II - A instalação dos bens deverá ocorrer em até 30 dias após o recebimento definitivo do bem.

**11.1.2.** A Autorização de Fornecimento, ou documento equivalente só será expedida após a avaliação do processo licitatório por parte do Ministério da Justiça e Segurança Pública, bem como a disponibilização do recurso financeiro em conta específica do convênio conforme Portaria Interministerial nº 424/2006.

**11.2.** A Contratada obriga-se a fornecer os equipamentos que se refere este Edital, em conformidade com as especificações descritas na Proposta de Preços (Anexo II), sendo de sua inteira responsabilidade a substituição daqueles que não estiverem em conformidade com as referidas especificações.

**11.3.** Os equipamentos deverão virem em embalagens dos fabricantes de forma a proteger a integridade dos mesmos.

**11.4.** O recebimento será procedido por responsável indicado pela Prefeitura Municipal.

**11.5.** Findo o prazo de inspeção e comprovada a conformidade dos equipamentos com as especificações técnicas exigidas no EDITAL e anexos, bem como aquelas oferecidas pela CONTRATADA, será atestada a Nota Fiscal correspondente pelo responsável indicado, com consequente emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

**11.6.** Relativamente ao disposto na presente cláusula, aplicam-se subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

**11.7.** Todas as despesas relativas à entrega dos materiais permanentes correrão por conta exclusiva da licitante vencedora.

**12. DA CONTRATAÇÃO**

**12.1.** A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante a celebração de Termo de Contrato ou documento equivalente, na forma estipulada no art. 62 da lei 8.666/93 e alterações, cuja respectiva minuta constitui o **Anexo III** do presente ato convocatório.

**12.2.** O licitante vencedor terá o prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da intimação do Órgão Licitador, para retirada da Nota de Empenho e assinatura do contrato, de acordo com a minuta constante do Anexo deste Edital.

**12.3.** Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Prefeitura Municipal, estiverem com os prazos de validade vencidas, a adjudicatária deverá comprovar a sua situação de regularidade o órgão contratante.

**12.4.** O presente instrumento contratual terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

**8.5.** Na hipótese da licitante adjudicatária não assinar o Contrato no prazo estipulado, a Superintendência de Suprimentos e Serviços/SEFIG, convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, combinado com o inciso XVI e XVII, da Lei nº 10.520/02.

**13. DO PAGAMENTO**

**13.1.** O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 5 (cinco) dias, após a entrega, e após o recebimento definitivo, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, combinado com o art. 73, inciso II, alínea “b”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

**13.1.1.** O pagamento à licitante vencedora será mediante crédito em conta corrente mantida na Unidade Bancária por ela indicada.

**13.1.2.** A liberação da autorização de pagamento somente será efetuada após a inspeção ou emissão de Termo de Recebimento do material licitado.

**13.2.** Não será efetuado qualquer pagamento à(s) Empresa(s) Contratada(s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**13.3.** Em hipótese alguma será concedido, o reajustamento dos preços propostos e o valor constante da nota fiscal / fatura, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

**13.4.** Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

**13.5.** Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o Órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.

**13.6.** Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

**13.7.** O Órgão não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras.

**13.8.** Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante vencedora, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

**13.9.** A Administração, efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à licitante vencedora.

**13.10.** Fica estipulado o percentual de juros de mora de 6% (seis por cento) de juros de mora ao ano, na hipótese de mora por parte da Contratante.

**13.11.** Será adotado como índice de reajuste dos contratos firmados por órgãos da administração direta, autarquia ou fundação, observados os prazos fixados em lei para sua ocorrência, IPCA-E – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado-Especial, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE ( Decreto Municipal n° 634/2009, art. 5°).

**14. DAS PENALIDADES**

**14.1.** A **recusa injustificada** do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido caracteriza-se descumprimento total da obrigação assumida, sujeitará às seguintes penalidades, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos, ficará o fornecedor, a juízo do Órgão Contratante sujeito:

I – Advertência;

II – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor constante da nota de empenho e/ou contrato;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de até 05 (cinco) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

**14.2. recusa injustificada na execução do contrato**

I – Advertência;

II – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor constante da nota de empenho e/ou contrato;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de até 05 (cinco) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

**14.2.1. Por atraso injustificada na execução do contrato**

I – Multa de mora de 1% (um por cento), por dia de atraso na entrega, sobre o valor total contratado ou sobre a parcela em atraso ou irregular, limitado a 15 dias;

II – rescisão unilateral do contrato após trinta dias de atraso;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de até 02 (dois) anos;

**14.2.2.** No cálculo de apuração do valor à penalidade de multa de mora, deverão ser incluídos o “primeiro dia útil após o vencimento do prazo de entrega e do efetivo adimplemento contratual”.

**14.3.** Por **inexecução** **parcial** ou **execução** **irregular** do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

I – Advertência, por escrito, nas faltas leves;

II – multa moratória de 1% (um por cento) ao dia de atraso e multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente a parte não cumprida ou da execução irregular pelo fornecedor;

III – rescisão unilateral do contrato após trinta dias de atraso;

IV – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de até 02 (dois) anos;

**14.3.1.** Nos termos do artigo 7º da lei 10.520, de 17.07.2002 e Decreto Municipal n.º 2.247/2020 o licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de **até 5 (cinco) anos impedido de licitar e contratar** com o Município, nos casos de:

a) apresentação de documentação falsa para participação no certame.

b) não-manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação o objeto.

c) cometimento de fraude fiscal.

d) não recolhimento de multa no prazo estabelecido, enquanto não adimplida a obrigação.

**14.4.** As multas previstas nos incisos anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste, por qualquer das hipóteses prescritas nos art. 77 e 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93 e 10.520/02.

**14.5.** A rescisão contratual administrativa ou amigável deverá ser motivada nos autos e assegurado o contraditório e defesa prévia, conforme o caso, com despacho fundamentado pelo ordenador de despesas;

**14.6.** As penalidades aplicadas deverão ser registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

**14.7.** As penalidades previstas nos itens anteriores não se aplicarão aos licitantes remanescentes convocados em virtude da não aceitação de contratação pela primeira classificada.

**14.8.** Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação do ato;

**14.8.1.** A defesa deverá estar pautada em razões fundamentadas em fatos reais e comprovados. Devendo esta ser apresentadas **por escrito** e no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** da data em que for notificada da pretensão da Administração da aplicação da pena;

**14.8.2.** As alegações de defesa deverão ser dirigidas à autoridade que praticou o ato administrativo.

**14.9.** Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Ordenador de Despesas considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do da legislação aplicável.

**14.10.** A penalidade de “declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a administração pública será de competência exclusiva do Ordenador de Despesas, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no subitem 14.8.1, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorridos o prazo de sanção mínima de 2 (dois) anos;

**14.11.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**14.12.** O valor correspondente à penalidade de multa moratória e/ou compensatória deverá ser recolhida a conta do Tesouro Municipal, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data do recebimento da notificação da aplicação da penalidade ou apresentação de defesa prévia no mesmo prazo.

#### **15. DA RESCISÃO**

**15.1.** O contrato poderá ser rescindido nos casos previstos na Cláusula Décima Terceira do anexo II (minuta do contrato), motivados nos art. 77 e 78 observada as formas estabelecidas no art. 79, todos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e lei Federal n.º 10.520/02.

**15.2.** A rescisão, por algum dos motivos previstos na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e lei Federal n.º 10.520/02 não dará à CONTRATADA direito a indenização a qualquer título, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

**15.3.** A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da CONTRATANTE, a retenção dos créditos decorrentes deste contrato, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos.

**15.4.** O contrato poderá ser denunciado, por qualquer das partes, mediante aviso prévio com antecedência mínima de trinta dias, por meio de correspondência protocolizada.

**15.4.1.** No caso de rescisão contratual administrativa ou amigável deverá ser motivada nos autos e assegurado o contraditório e defesa prévia, na forma estipulada na Lei n.º 8.666/93 e alterações e Lei 10.520/02, conforme o caso, com despacho fundamentado pelo ordenador de despesas;

**15.5.** Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pela CONTRATANTE e, comprovadamente realizadas pela CONTRATADA, previstas no presente Contrato.

**15.6.** Em caso de cisão, incorporação ou fusão da CONTRATADA com outras empresas, caberá à CONTRATANTE decidir pela continuidade do presente Contrato.

**16. DA IMPUGNAÇÃO E DO RECURSO**

**16.1. DA IMPUGNAÇÃO**

**16.1.1.** Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

**16.1.2.** A impugnação ao edital deverá ser assinada com comprovação de poderes para tal, protocolada, e dirigida à autoridade que expediu o presente instrumento convocatório;

**16.1.2.1.** A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

**16.1.3.** Acolhida a impugnação, será designada nova data para realização deste certame;

**16.1.4.** A ausência de decisão administrativa definitiva pertinente à impugnação anteriormente a data fixada para a realização deste Pregão, confere ao licitante a sua participação no procedimento licitatório até a ocorrência desse evento.

**16.2. DO RECURSO HIERÁRQUICO**

**16.2.1.** Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação e proclamada pelo Pregoeiro a vencedora do certame, qualquer proponente poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando, então, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões recursais escritas, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. Fazendo-se constar em ata da sessão a síntese das razões de recurso porventura apresentados.

**16.2.2.** Falta de manifestação imediata e motivada da Proponente importará na decadência do direito de recurso e a adjudicação da licitação pela(o) pregoeira(o) a vencedora.

**16.2.3.** Não será admitido, nem concedido prazo para Recurso sobre assuntos meramente protelatórios ou já decididos em impugnação ao Instrumento Convocatório.

**16.2.4.** Acolhidas as razões recursais pela (o) Pregoeira (o), esta retomará a sessão do Pregão para a reformulação do ato combatido e daqueles subsequentes.

**16.2.5.** Se das razões recursais não resultar retratação da decisão, a(o) Pregoeira(o), encaminhará o recurso devidamente informado ao Secretário Municipal de Segurança Pública, que proferirá decisão final e adjudicará o objeto do certame a licitante vencedora.

**16.2.6.** O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**17.1.** As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da a seguinte dotação Orçamentária:

|  |  |
| --- | --- |
| **4.4.90.52** | **SECRETARIA DE XXXXXXX** |
| **XXXXXXXXX** |

|  |  |
| --- | --- |
| **3.3.90.39** | **SECRETARIA DE TRANSPORTE E INFRA-ESTRUTURA** |
| **15.452.1552.2.021 - 3.3.90.39** |

**17.2.** A Administração se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da verba prevista.

**18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**18.1.** Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes da interpretação do Edital deverão ser solicitadas por escrito, em até três (03) dias que anteceder o evento, à Prefeitura Municipal de Heitoraí-GO, localizadaAv. Coronel Heitor, s/nº Centro - Heitoraí-GO – Cep: 76670-000, ou mediante solicitação no e-mail: prefeituraheitorai@gmail.com, no horário de 07:30 às 13:30 horas.

**18.2.** Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

**18**.**3.** Ocorrendo à decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente subsequentes aos ora fixados.

**18.4.** Administração poderá adiar ou revogar a presente licitação por interesse pública decorrente de fato superveniente devidamente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, observado o disposto na Lei nº 8.666/93, sem a obrigação de indenizar.

**18.4.1.** Nas hipóteses tratadas no subitem anterior serão assegurados aos interessados o contraditório e a ampla defesa.

**18.5.** A rejeição de propostas pelo Município não assiste aos proponentes o direito de qualquer indenização.

**18.6.** A contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, que não estiverem definidos como dias úteis ou corridos, será considerada como dias úteis, nela se excluindo a data de início e incluindo a do vencimento.

**18.7.** A proponente licitante que se tornar vencedora do certame, ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado Contrato.

**18.8.** a(o) Pregoeira(o), resolverá os casos omissos com base na legislação vigente.

**18.9.** A apresentação da proposta implica para a proponente licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do Pregão Eletrônico.

**18.10.** Havendo indícios de conluio entre as licitantes ou de qualquer outro ato de má fé, a Secretaria Municipal de Finanças e Gestão, comunicará os fatos a Secretaria de origem, para as providências devidas.

**18.11.** É facultado a (o) Pregoeira(o) ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

**18.12.** As decisões da(o) Pregoeira(o) serão consideradas definitivas somente após homologação pelo Ordenador de Despesas do Órgão Licitante.

**18.13.** Fica eleito o foro da Cidade de Heitoraí, Estado de Goiás, para dirimir qualquer controvérsia resultante desta licitação, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**18.14.** Integram o presente Edital, independentemente de qualquer transcrição, os **ANEXOS I** (TERMO DE REFERÊNCIA), **ANEXO II** (PROJETO TÉCNICO), **ANEXO III** (MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO), **ANEXO IV** (MINUTA CONTRATUAL), **ANEXO V** (DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO), **ANEXO VI** (DECLARAÇÃO DE MENOR), **ANEXO VII** (INFORMAÇÕES ADICIONAIS), **ANEXO VIII** (DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS SUPERVENIENTES) e **ANEXO IX** (DECLARAÇÃO DE GARANTIA).

Heitoraí – GO, 12 de março de 2021.

**WATTINEY RODRIGUES DE BRITO**

Pregoeiro

**GERSIMAR DORNELI**

Secretário Municipal de Administração

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERENCIA**

**1. DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos, instalação, configuração, manutenção e suporte técnico para a Fortalecer a segurança do município de Heitoraí por meio da implantação do sistema de vídeo-monitoramento urbano em vias públicas atendendo ao Convênio 906683/2020 do Ministério da Justiça e Segurança Pública conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **UNID** | **QUANT** |
| 1 | CAIXA HERMÉTICA | UN | 5 |
| 2 | CÂMERA BULLET FIXA | UN | 1 |
| 3 | CÂMERA SPEED DOME 25X | UN | 5 |
| 4 | ESTAÇÃO DE MONITORAMENTO | UN | 1 |
| 5 | FIBRA ÓPTICA | M | 2600 |
| 6 | MESA CONTROLADORA/JOYSTICK | UN | 1 |
| 7 | MOBILIARIO TECNICO DE OPERAÇÃO / MOVEL | UN | 1 |
| 8 | MONITOR TV | UN | 1 |
| 9 | NOBREAK 5KVA | UN | 1 |
| 10 | NOBREAK 600VA | UN | 5 |
| 11 | POSTE 9M CONCRETO | UN | 5 |
| 12 | RACK 36 US 670MM | UN | 1 |
| 13 | SERVIDOR PARA MONITORAMENTO ARMAZENAMENTO GRAVAÇÃO DE IMAGENS | UN | 1 |
| 14 | SOFTWARE-LICENÇA PARA MONITORAMENTO ARMAZENAMENTO GRAVAÇÃO DE IMAGENS | UN | 6 |
| 15 | SWITCH 8 PORTAS GIGA | UN | 6 |
| 16 | TRANSCEIVER WDM LADO A | UN | 5 |
| 17 | TRANSCEIVER WDM LADO B | UN | 5 |
| 18 | TREINAMENTO | UN | 1 |

**2. DA JUSTIFICATIVA**

O Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania dentre outros objetivos, é priorizar a prevenção e guarda dos pequenos municípios, para que estes consigam utilizar os exemplos dos grandes centros e sanar logo no início, tantos vícios, que descontrolam uma sociedade.

Buscando uma Melhoria na qualidade de vida do cidadão, garantindo segurança a sociedade, tendo como foco pontos estratégicos do perímetro urbano do município onde temos concentrações de pessoas com possibilidade de aumento de índices de criminalidade, tais como: Roubos, Furtos, Crimes contra a vida e outros, principalmente na região das saídas, além da região central onde se concentra os estabelecimentos comerciais e bancário.

Assim, faz-se totalmente indispensável a presente contratação pela Prefeitura Municipal de Heitoraí.

**3. DOS BENS**

Tendo em vista que a Natureza da Despesa de capital (44) contempla somente a aquisição dos bens, e tendo a Prefeitura a necessidade que estes bens sejam devidamente instalados, configurados e integrados, bem como a prestação de manutenção e garantia on-site por 24 meses, será de responsabilidade da contratada que todos os produtos e equipamentos sejam devidamente instalados, configurados e integrados, de acordo com o Projeto Técnico de videomonitoramento apresentado.

**4. LOCAIS DAS CÂMERAS E CENTRAL**

Foi tomado como base para escolha das localizações dos pontos monitorados, a mancha criminal com os dados estatísticos da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, bem como indicações das áreas de interesse para a segurança pública.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **PONTOS** | **ENDEREÇOS** | **LATITUDE** | **LONGITUDE** |
| **PONTO 1 e 6** | Av. CENTRAL esquina Rua NORDESTE | 15°43'22.58"S | 49°49'32.94"O |
| **PONTO 2** | Rua CENTRAL esquina Rua NORDESTE | 15°43'18.57"S | 49°49'33.98"O |
| **PONTO 3** | Rua NORDESTE esquina Av. SAO JORGE | 15°43'12.13"S | 49°49'35.65"O |
| **PONTO 4** | Av. CORONEL HEITOR esquina Rua CAPIM PUBA | 15°43'14.04"S | 49°49'45.07"O |
| **PONTO 5** | Av. CORONEL HEITOR | 15°43'21.14"S | 49°50'1.29"O |
| **CENTRAL** | PREFEITURA – Av. CORONEL HEITOR, esquina Av. Nordeste | 15°43'12.62"S | 49°49'34.21"O |

**5. DESENHO DO TRAJETO FIBRA ÓPTICA, LINKS DE RÁDIOS E LOCAIS CÂMERAS**



**Legenda:** *05 pontos de câmeras speed dome*

*01 ponto de câmera bullet fixa*

*01 central de vídeo monitoramento (CVM Amarelo)*

*Trajeto fibra óptica em vermelho*

Sistema composto por plataformas tecnológicas que garantem a Alta disponibilidade; Fácil expansibilidade; Flexibilidade, garantida pelo uso de tecnologias e protocolos abertos; Integração com os sistemas em uso.

**6. CENTRAL DE MONITORAMENTO**

A central de vídeo-monitoramento que está sendo solicitada neste processo, terá 1 (um) posto de monitoramento, e que possuirá o seguinte layout:



A Central de Monitoramento é encarregada pelo monitoramento, gravação, reprodução, supervisão e controle das diversas câmeras de vídeo remotas, com utilização de equipamentos capazes de permitir visualização da imagem em tempo real, qualidade digital e controle de Pan Tilt e Zoom nas câmeras PTZ.

**7. DOCUMENTAÇÃO**

Deverá ser contemplado para a documentação:

* Elaboração de projeto executivo da solução;
* Fornecimento do projeto “As-Built”;
* Fornecimento dos resultados dos testes de certificação do cabeamento.

**8. PROCEDIMENTOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E GARANTIA**

* Promover os serviços de manutenção responsabilizando-se pela qualidade dos equipamentos e peças utilizadas, como também a perfeição técnica e acompanhamento das fases de testes após cada serviço.
* Prestar os Níveis e Garantir o serviço – SLA (Service Level Agreement ou Acordo de Nível de Serviço) conforme abaixo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ATENDIMENTO** | | **REPARO** | |
| NÍVEL | Tempo | NÍVEL | Tempo |
| Crítico | 24h | Crítico | 48h |
| Severo | 48h | Severo | 60h |
| Médio | 72h | Médio | 72h |
| Informações | 96h | Informações | 96h |

* Todos os equipamentos e serviços deverão ter garantia de 24 meses, salvo exigência de garantia do fabricante.
* A licitante deverá prover formas para abertura de chamado através de indicação de telefone e e-mail.
* Deverão ser apresentados todos os catálogos, prospectos (datasheets) dos produtos ofertados que comprovem o total atendimento das especificações técnicas constantes do presente termo de referência.

**9. DA ENTREGA, CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO E PAGAMENTO**

O prazo para entrega dos equipamentos é de até 60 dias e o prazo de instalação deverá ocorrer em até 30 dias após o recebimento definitivo do equipamento.

Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

Na hipótese de a verificação do recebimento definitivo não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Após dado o prazo de recebimento definitivo, os pagamentos serão efetuados em até 05 dias da entrega de cada item, de acordo com que forem sendo entregues.

**10. PROVA DE CONCEITO (PoC)**

Após a fase de lances, verificada toda documentação técnica dos fabricantes dos equipamentos ofertados, poderá a critério da administração, a primeira colocada ser convocada a realizar Prova de Conceito (PoC), no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da sua convocação, para avaliar a compatibilidade do equipamentos oferecido com as especificações e as funcionalidades necessárias constantes do Anexo I deste Edital - Termo de Referência.

A Prova de Conceito (PoC) será conduzida pela comissão de licitação da Prefeitura, com apoio de colaboradores da sessão de T.I. e/ou engenharia, e consistirá na aferição do atendimento dos requisitos e funcionalidades exigidas nos no Anexo I do Edital - Termo de Referência e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes mediante indicação de representante(s) junto ao Pregoeiro com antecedência mínima de 1 (um) dia útil da data de sua realização.

A comissão de licitação elaborará relatório com o resultado da Prova de Conceito (PoC), informando cada um dos requisitos e funcionalidades testados, se foi atendido ou não, além de eventuais observações cabíveis, bem como o resultado final indicando se o objeto está aprovado, reprovado ou aprovado, mas com ressalvas.

Caso o objeto seja aprovado, o licitante será declarado vencedor do processo licitatório.

Caso o objeto seja reprovado, o licitante será desclassificado do processo licitatório.

Caso o equipamento seja aprovado com ressalvas, considerada assim aquela que possuir todas as funcionalidades, mas apresentar falhas em alguma delas durante a PoC, o licitante terá o prazo de 1 (um) dia útil para proceder aos ajustes necessários na solução e disponibilizá-lo para realização de testes confirmatórios.

Caso os testes confirmatórios apontem que a falha não foi devidamente corrigida ou que o atendimento dos requisitos e funcionalidades não pôde ser confirmado, o licitante será considerado reprovado e desclassificado do processo licitatório.

A Prefeitura resguarda-se o direito de solicitar apoio técnico de profissional da licitante para a realização dos testes.

Para fins de aprovação, deverá comprovar a:

1. interoperabilidade entre servidor e software de monitoramento podendo ser exigido qualquer funcionalidade e aplicação do software de monitoramento;
2. interoperabilidade entre o software de monitoramento e o joystick;
3. interoperabilidade entre joystick e câmera ip speed dome;
4. interoperabilidade entre o conjunto servidor🡺software de monitoramento🡺joystick🡺câmera ip speed dome, demonstrando a integração total entre eles.
5. demonstrar as especificações, aplicações das funcionalidades e analíticos da câmera bullet fixa.

É facultado aos demais licitantes ou qualquer pessoa, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos, acompanhar a realização da Prova de Conceito (PoC). O prazo de apresentação será em 5 (cinco) dias úteis ao da declaração de arrematante.

Todas as despesas decorrentes da participação ou acompanhamento da Prova de Conceito (PoC) serão de responsabilidade dos licitantes.

O equipamento apresentado na Prova de Conceito (PoC) será devolvido a licitante após a avaliação.

A exigência da Prova de Conceito (PoC) justifica-se devido a funcionalidades e integrações específicas que o sistema, através de seus equipamentos, deva possuir, onde é imprescindível haver compatibilidade entre servidor/software com a mesa controladora (joystick) e câmeras, alcançado assim *“a proposta mais vantajosa que, atendidos os requisitos técnico-qualitativos da contratação, possua o menor preço. Para se atingir esse objetivo, devem-se adotar mecanismos para se alcançar o menor preço e, ao mesmo tempo, garantir que o objeto da contratação contemple todos os requisitos necessários ao atendimento da necessidade que motivou a contratação.” (Nota Técnica nº 04/2009 - Sefti/TCU de 10/04/2010 (Assunto: Possibilidade de avaliação de amostras na contratação de bens e suprimentos de Tecnologia da Informação mediante a modalidade Pregão.)* [*https://url.gratis/Mxtmz*](https://url.gratis/Mxtmz)*)*

Ainda a Nota Técnica nº 04/2019 Sefti-TCU em relação a amostra de bens de Tecnologia, nos traz advertências da não solicitação da amostra: *“Nos certames em que não há essa previsão, o gestor não possui meios para avaliar de maneira direta o produto licitado, previamente à celebração contratual. Assim, há o risco de o gestor constatar, somente após a celebração contratual, que o bem ou suprimento fornecido não atende aos requisitos mínimos de qualidade previstos no edital ou, até mesmo, que é inservível. Nesse momento, já se gastou esforço e tempo, e, para solucionar o problema, será necessário penalizar a empresa, efetuar o distrato e nova contratação, gerando custos e atrasos para a Administração. Essa situação é agravada quando isso ocorre reiteradamente no mesmo certame, isto é, com os próximos licitantes convocados a celebrar contrato. Nesse cenário, a exigência em tela, quando eficaz, poderia constituir-se em ganho de eficiência às compras do Estado, porquanto reduziria o tempo e custo de uma contratação. Assim, o procedimento de avaliação de amostras apresenta-se como meio útil para a Administração Pública aumentar a probabilidade de adquirir produtos com melhor qualidade, na medida em que permite efetiva avaliação do objeto licitado previamente à celebração contratual.“ (Nota Técnica nº 04/2009 - Sefti/TCU de 10/04/2010 (Assunto: Possibilidade de avaliação de amostras na contratação de bens e suprimentos de Tecnologia da Informação mediante a modalidade Pregão.)* [*https://url.gratis/Mxtmz*](https://url.gratis/Mxtmz)*)*

Por esses motivos torna-se necessária a realização de testes prévios para avaliar o desempenho destes equipamentos a ser adquirido no conjunto do objeto.

A não apresentação da amostra ensejará na aplicação de sanção, respeitando a ampla defesa e o contraditório.

Quem praticar, os atos previstos no art. 7º da Lei n. 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios e será descredenciada do SICAF ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da mesma Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das sanções previstas na IN nº 1/2017 da Secretaria Geral da Presidência da República.

*A****aplicação de sanção****de impedimento de licitar e contratar com a União, estados, Distrito Federal ou municípios,****em face de irregularidade elencada no art. 7º da Lei 10.520/02, não depende da comprovação de dolo ou má-fé****. Requer tão somente a evidenciação da prática injusficada de ato ilegal tipificado nesse dispositivo legal*. (Acórdão 754/2015-Plenário)

**11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

São obrigações da Contratante:

- receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

- verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

- comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

- acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

- efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal e manual;

- responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

- substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

- comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

- manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

- indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

- instalar os objetos/equipamentos conforme Projeto Técnico de videomonitoramento apresentado.

**13. DA SUBCONTRATAÇÃO**

Não será admitida a subcontratação do objeto licitado.

**14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

O recebimento de material será efetuado por pessoal designados pela contratante.

A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**16. DAS SANSÕES ADMINISTRATIVAS**

Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

- ensejar o retardamento da execução do objeto;

- fraudar na execução do contrato;

- comportar-se de modo inidôneo;

- cometer fraude fiscal;

- não mantiver a proposta.

A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

- multa moratória de 0,2 % (zero virgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

- multa compensatória de 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

- em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

- suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

- impedimento de licitar e contratar com a Contratada pelo prazo de até cinco anos;

- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

- tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

- demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**17. DO REAJUSTE**

Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

**18. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

O custo estimado da contratação é de **R$ 251.514,49 (duzentos e cinquenta e um mil, quinhentos e quatorze reais e quarenta e nove centavos)**, conforme planilha abaixo.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **UNID** | **QUANT** | **VR UNITÁRIO (R$)** | **VR TOTAL (R$)** |
| 1 | CAIXA HERMÉTICA | UN | 5 | R$ 1.510,00 | R$ 7.550,00 |
| 2 | CÂMERA BULLET FIXA | UN | 1 | R$ 6.683,33 | R$ 6.683,33 |
| 3 | CÂMERA SPEED DOME 25X | UN | 5 | R$ 13.000,00 | R$ 65.000,00 |
| 4 | ESTAÇÃO DE MONITORAMENTO | UN | 1 | R$ 7.416,25 | R$ 7.416,25 |
| 5 | FIBRA ÓPTICA | M | 2600 | R$ 13,59 | R$ 35.325,33 |
| 6 | MESA CONTROLADORA/JOYSTICK | UN | 1 | R$ 10.900,00 | R$ 10.900,00 |
| 7 | MOBILIARIO TECNICO DE OPERAÇÃO / MOVEL | UN | 1 | R$ 6.533,33 | R$ 6.533,33 |
| 8 | MONITOR TV | UN | 1 | R$ 2.897,50 | R$ 2.897,50 |
| 9 | NOBREAK 5KVA | UN | 1 | R$ 15.190,00 | R$ 15.190,00 |
| 10 | NOBREAK 600VA | UN | 5 | R$ 301,25 | R$ 1.506,25 |
| 11 | POSTE 9M CONCRETO | UN | 5 | R$ 4.162,50 | R$ 20.812,50 |
| 12 | RACK 36 US 670MM | UN | 1 | R$ 3.420,00 | R$ 3.420,00 |
| 13 | SERVIDOR PARA MONITORAMENTO ARMAZENAMENTO GRAVAÇÃO DE IMAGENS | UN | 1 | R$ 17.050,00 | R$ 17.050,00 |
| 14 | SOFTWARE-LICENÇA PARA MONITORAMENTO ARMAZENAMENTO GRAVAÇÃO DE IMAGENS | UN | 6 | R$ 2.915,00 | R$ 17.490,00 |
| 15 | SWITCH 8 PORTAS GIGA | UN | 6 | R$ 3.173,33 | R$ 19.040,00 |
| 16 | TRANSCEIVER WDM LADO A | UN | 5 | R$ 1.280,00 | R$ 6.400,00 |
| 17 | TRANSCEIVER WDM LADO B | UN | 5 | R$ 1.280,00 | R$ 6.400,00 |
| 18 | TREINAMENTO | UN | 1 | R$ 1.900,00 | R$ 1.900,00 |
| **VALOR GLOBAL** | | | | | **R$ 251.514,49** |

**19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

Os recursos orçamentários correrão nas seguintes dotações orçamentárias:

15.452.1552.2.021 – 3.3.90.39-00;

**20. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS EQUIPAMENTOS**

**Item 1 – CAIXA HERMÉTICA**

A caixa hermética deve apresentar as seguintes características mínimas:

Construída 100% em aço carbono;

Pintura da caixa e porta em cinza;

Placa de montagem confeccionada em aço carbono fixada no fundo da caixa;

Pintura da placa de montagem em laranja;

Sistema de ventilação forçado, tipo exaustor, com grelha de fixação do filtro e filtro em fibra sintética e ventilador;

Dobradiças de 120º;

Deverá possuir tubo de abertura para cabos e suporte de fixação em poste;

Abertura de ventilação lateral;

Dimensões de 700x400x200mm;

**Item 2 – CÂMERA BULLET FIXA**

Câmera de rede IP para vídeo monitoramento tipo bullet, policromática.

Resolução mínima de 2,0MP (1920 x 1080)

Suporte para taxa de quadros configurável de 1 a 30fps.

Sensor de imagem igual ou maior ao CMOS 1/2.8" com varredura progressiva;

Suporte a compressão de vídeo nos padrões H.264, MJPEG acrescido de compressão H.264+ (ou H.265).

Possuir função de codificação diferenciada em área marcada da câmera, de modo que somente na área marcada a imagem possua a resolução máxima configurada na câmera.

Suporte para três streams separados e configuráveis.

Funcionamento em Baixa Luminosidade com sensibilidade mínima inferior a 0.005 Lux (F1.2, AGC ON) no modo colorido e 0 lux com IR (distância mínima de 120m);

Lente motorizada de 4.7 a 65mm para ajuste remoto de zoom e foco;

Possuir função do Foco Automático;

Permitir posicionamento em 3-eixos permitindo o ajuste de rotação e posição durante a instalação.

Suporte a Slow Shutter.

Auto Íris com DC drive.

Possuir função WDR real com valor mínimo de até 120dB (WDR digital ou DWDR não será permitido).

Possuir função de Estabilização Eletrônica da Imagem (EIS).

Função Dia & Noite com filtro de IR com troca automática.

Possuir função de Anti-neveoeiro aprimorando a qualidade das imagens na situação de nevoeiros ou fumaça.

Possuir funções BLC (Compensação de Luz de Fundo), 3D-DNR (Redução Digital de ruídos - 3D);

Possuir funções inteligentes de análise de vídeo para: Detecção de Cruzamento de Linha, Detecção de Intrusos em uma determinada área, Detecção de Movimentos, Detecção de violação de Vídeo, Detecção de Faces, Detecção de desfocagem, Detecção de Objeto removido.

Possuir 1 entrada e 1 saída de alarme.

Possuir 1 entrada e 1 saída de áudio (3.5mm).

Ativação de alarmes para Detecção de Cruzamento de Linha, Detecção de Intrusos em uma determinada área, Detecção de Movimentos, Detecção de violação de Vídeo, Desconexão de Rede, Conflito de IP, Falha no armazenamento.

Permitir até 20 acessos simultâneos para exibição remota em tempo real.

Possuir os padrões ONVIF, ISAPI;

Compatível com os protocolos de rede: TCP/IP, ICMP, HTTP, HTTPS, FTP, DHCP, DNS, DDNS, RTP, RTSP, RTCP, PPPoE, NTP, UPnP, SMTP, SNMP, IGMP, 802.1X, QoS, IPv6, UDP, Bonjour;

Possuir suporte a NAS para armazenamento na rede;

Possuir slot para cartão SD/SDHC/SDXC com capacidade de armazenamento de até 128GB.

Possuir botão físico de Reset localizado na parte de trás da câmera.

Ser apto a operações em temperaturas de até 60 °C com humidade não superior a 95% (sem condensação);

Possuir alimentação compatível para 12Vdc e PoE (802.3af).

Possuir grau de proteção IP67 ou superior;

**Item 3 - CÂMERA SPEED DOME 25X**

Possuir sensor de imagem em estado sólido de 1/2.8" ou maior, com varredura progressiva;

Possuir lente com zoom óptico de pelo menos 25x, com distâncias focais mínimas de 4.8 a 120 mm;

Possuir lente com Zoom digital mínimo de 16x;

Apresentar, no mínimo, movimento de rotação horizontal (“pan”) de 360° graus contínuos, vertical (“tilt”) de 90°, com auto-flip de 180°;

Permitir velocidade de varredura variável horizontal manual de 0.1° a 350° por segundo e vertical de 0.1° a 250° por segundo;

Permitir velocidade horizontal de Preset de no mínimo 500° por segundo;

Permitir velocidade vertical de Preset de no mínimo 500° por segundo;

Modo dia/ noite automático com filtro de corte de infravermelho removível automaticamente;

Possuir resolução mínima de 1920x1080 pixels (2MP);

Operar com iluminação mínima: 0,005 lux no modo colorido e 0,0005 lux para preto e branco;

Possuir controle de foco automático e manual;

Dispor de, no mínimo, 300 posições programáveis (Presets);

Permitir ronda eletrônica e varreduras múltiplas;

Ser capaz de fornecer fluxos H.265 e H.264;

Permitir a transmissão em resolução 1920x1080 à taxa de 60 frames por segundo;

Permitir no mínimo 3 fluxos de vídeo configuráveis de forma independente;

Permitir no mínimo 20 conexões simultâneas;

Possibilitar compensação automática para tomada de imagem contra luz de fundo;

Possuir Wide Dynamic Range de 120 dB;

Possuir recurso de compensação de luz alta denominada HLC;

Possuir Tempo do obturador configurável entre 1s e 1/30000s;

Possuir ângulo de visualização de no mínimo 59,2 ~ 2,4°;

Possuir largura de banda configurável em H.265 / H.264 de no mínimo 448 Kbps ~ 8.192 Kbps;

Possuir porta para conexão em rede TCP/IP com conector RJ-45 10/100BASE-TX;

Possuir os protocolos: HTTP, HTTPS, SSL, IPv4/IPv6, TCP/IP, UDP, UPnP, ICMP, IGMP, SMTP, NTP, DHCP, SNMP, RTSP, RTP, DNS, PPPOE, DDNS, FTP, IP Filter, QoS, Bonjour, 802.1x;

Suportar qualidade de serviço (QoS) para ser capaz de priorizar o tráfego;

Fornecer suporte para restringir o acesso a endereços IP pré-definidos (filtro de endereço IP);

Permitir alimentação PoE conforme padrão IEEE 802.3at e 24Vca;

Conter um servidor web embutido tornando vídeo e configuração disponíveis para vários clientes em um sistema operacional padrão e ambiente do navegador utilizando HTTP, sem a necessidade de software adicional;

Balanço de Branco configurado nos modos automático, manual e externo;

Possuir zonas de mascaramento de imagem programáveis embarcado na câmera e que possa inserir, no mínimo, 24 zonas independentes;

Suporte à configuração de regiões de interesse;

Armazenamento em borda através de NAS, SD/MicroSD card, com capacidade de no mínimo 128Gb e computador local (PC) para gravação instantânea;

Ser equipada com funcionalidade integrada de eventos, que podem ser desencadeados por: detecção de movimento, violação da câmera (tampering), conflito de endereço IP, acesso ilegal, desconexão de rede;

Ser fornecida com capacidade instalada para detectar movimentos através da criação de áreas detecção;

Possuir capacidade de análise de vídeo embarcado incluindo: cruzamento de linha, área de intrusão, detecção de objeto abandonado, detecção de falta de objeto, detecção facial e mapa de calor;

Possuir função de auto rastreamento (Auto Tracking);

Suportar estabilização eletrônica de imagem (EIS) e defog;

Possuir arquitetura aberta para integração com outros sistemas através de API;

Possuir ONVIF Profile S e G;

Suportar 1 entrada e 1 saída de aúdio;

Suportar compressão de áudio nos formatos AAC, G.722, G.726, G.729, MPEG2-L2G, G.711a e G.711Mu;

Possuir, no mínimo, 2 entradas e 1 saída de alarme;

Possuir grau de proteção IP67;

Possuir resistência a impacto com grau de proteção IK10;

Possibilitar operação no range de temperatura de -15° a 60°;

Possuir as certificações: CE, FL e UL.

Garantia de 36 meses comprovada do próprio fabricante.

**Item 4 - ESTAÇÃO DE MONITORAMENTO**

Gabinete tipo Desktop;

Processador com no mínimo 6 (seis) núcleos, com velocidade de processador mínima de 2.0GHz;

4MB de cache ou superior;

Memória RAM Mínimo instalado de 4GB de memória RAM tipo DDR3;

Armazenamento 500GB SATA/SAS;

Interfaces de saída - mínimo 3 saídas USB

1x LAN: (10/100 Mbit);

Placas adicionais: Deverá ser fornecido com a quantidade de saídas de vídeo (hdmi/dvi/vga/display port) necessárias para ligar todo(s) o(s) monitor(es) descritos neste projeto.

Opcional: DVD ROM 1 driver interno para leitura e gravação de CD-R/CD-RW e DVDR/RW;

Sistema Operacional: Microsoft Windows na versão corrente da data de contratação (mínimo Windows 10), pré-instalados, com todos as atualizações de segurança já aplicadas e totalmente compatível com o hardware especificado;

Deverá acompanhar monitor 18” teclado e mouse.

Fonte 220 Volts;

**Item 5 - FIBRA ÓPTICA**

Cabo de fibra óptica dielétrico com alta resistência ao tracionamento;

Revestida em acrilato, monomodo, que se auto sustente sendo proibido a utilização de qualquer elemento de tração que não seja o próprio cabo, com vão livres de 80 metros ou superior sem cordoalha de aço, que possua capacidade de transmissão em 1310 nm ou 1550 nm, com 2 fibras atendendo a Associação Brasileira de Normas Técnicas para cabeamento óptico de acordo com a aplicação exigida deste edital.

Deve possuir capa externa com revestimento de material termoplástico;

Deverão ser implantados em postes da operadora de energia, contemplando caixas de emenda, cordões ópticos, DIO’s, fusões ópticas e todo material para a equipagem dos postes e acondicionamento do mesmo;

A empresa contratada deverá fornecer todos os acessórios necessários para instalação do cabeamento cotado de forma aérea, tais como: braçadeiras, cabos de aço para sustentação, arame de espinar e outros que se façam necessários;

Proteção especial contra deterioração por incidência de raio solares;

Deve possuir impresso na capa externa nome do fabricante, marca do produto, data de fabricação, gravação sequencial métrica (em sistema de medida internacional SI).

Deve apresentar Certificação pela Anatel;

**Item 6 – MESA CONTROLADORA/JOYSTICK**

O Teclado Joystick USB Profissional, para operação e controle das câmeras:

Deverá ser equipado com USB;

Possuir Teclado Numérico;

Possuir alavanca joystick de controle;

Possuir Botões de controle de PTZ;

Deverá possuir interoperabilidade e compatibilidade com software de monitoramento e a câmera, sendo comprovado mediante Prova de Conceito ou documento técnico comprobatório de todos os fabricantes;

**Item 7 – MOBILIÁRIO TÉCNICO DE OPERAÇÃO/MÓVEL**

Bancada para 01 (um) operador em MDF com Painel para Monitores de 48 polegadas, devendo ser fabricada em móveis planejados com acomodação para teclado, CPU, todos os cabos embutidos e divisão de Baias.

As estações de monitoramento e seu monitor de 18 polegadas deverão ser dispostos em uma mesa de comando dupla para 01 (um) operador, fabricada em MDF revestida de fórmica, com total ergonomia aos operadores. Deverá ser fornecido uma mesa tipo bancada, com suporte ao teclado, em formato de baias de trabalho, com dimensão de 85cm x 55cm x 1200 cm, em formica cinza com divisão.

**Item 8 – MONITOR TV**

Tela: 48 Polegadas no mínimo

Resolução: Full HD (1920 x 1080p)

Tipo de Tela: LED

Formato Tela: 16:9

Controle Remoto

Conexões: 2 entradas HDMI

Bivolt

**Item 9 - NOBREAK 5KVA**

Nobreak controlado por DSP (Processador Digital de Sinais)

Forma de onda senoidal pura

Potência de saída nominal: 5000VA

Potência de pico nominal: 3675W

Tempo de acionamento do inversor < 0,8 ms

Tensão de entrada nominal: Bivolt automático

Faixa de tensão de entrada: 190V/ 250V - (220V)

Faixa de Frequência de entrada: 47Hz - 63Hz

Frequência de saída em modo inversor: 50Hz/ 60Hz

Quantidade de baterias: 12x9Ah/ 12V

Permite ser utilizado com grupo gerador

Auto teste para verificação das condições iniciais do equipamento

Possui 8 tomadas disponíveis na saída

Sinalização visual em Display LCD

**Item 10 - NOBREAK 600VA**

Bivolt com tensão de entrada: 120V/220V Automático;

Saída semi-senoidal;

Capacidade de inicializar corrente contínua (DC start);

Possuir proteção contra subtensão e sobretensão na rede elétrica com retorno e desligamento automático;

Possuir rendimento em plena carga em rede de, no mínimo, 95%;

Potência de saída nominal contínua de 250W;

Possuir regulação na saída;

Possuir proteção contra sobrecarga e curto-circuito no inversor;

Possuir um filtro de linha, supressor de surto;

Possuir Gabinete de UPS;

Proteção a desligamento automático por carga mínima na saída;

Possuir Indicação de potência consumida pela carga;

Possuir 6 (Seis) tomadas de saída;

Possuir gerenciamento de bateria que avisa quando a bateria precisa ser substituída;

Deverá efetuar a instalação dentro da caixa hermética na equipagem dos postes.

**Item 11 – POSTE 9M DE CONCRETO**

Poste do tipo circular;

Ser fabricado em concreto;

Possuir capacidade de carga igual ou superior a 300 daN;

Possuir carga de ruptura igual ou superior a 600 daN;

Ter no mínimo de 9 (nove) metros de altura;

Diâmetro do topo de no mínimo 170mm e diâmetro da base igual ou superior a 350mm.

Deverá possuir braço prolongador de um metro e meio a três metros (dependendo da necessidade) para fixação no poste.

O poste deverá possuir sistema de aterramento (SPDA) completo para proteção dos equipamentos.

Deverá vir acompanhado com braço prolongador metálico, galvanizado a fogo, com medidas de 1,5 a 3 metros (dependendo da necessidade) para fixação no poste e suporte de câmera. Devendo ainda vir com todo e qualquer acessório para tais fixações e instalações.

**Item 12 – RACK 36 US 670MM**

Profundidade de 970mm;

Estrutura rebitada com quadro superior e inferior soldado;

Teto removível preparado para kit exaustor;

Pé nivelador para regulagem de altura;

04 planos de fixação para montagem de 19” permitindo montagem de trilhos de servidores;

Fechamentos laterais e traseiro perfurados em aço carbono com espessura de 1,2mm com furo de 3/16” de diâmetro e 42% de área livre, com fecho do tipo fenda com lingueta;

Porta frontal em aço carbono com espessura de 1,2mm com furo de 3/16” de diâmetro e 42% de área livre, com fecho lingueta com chave Yale com montagem na direita ou esquerda;

02 (duas) calhas de tomadas sem disjuntor com 8 tomadas norma NR10 e NBR 14136;

02 (dois) passa cabos de 01UX19”;

02 (duas) bandejas fixas de 19” com profundidade de 900mm;

02 (dois) organizadores de cabos vertical 36US;

Placas frontais de 19” para acabamento;

Kit porca gaiola de aço zincado e parafuso M5x12 para fixação de equipamentos;

Cor preto;

**Item 13 – SERVIDOR PARA MONITORAMENTO ARMAZENAMENTO GRAVAÇÃO DE IMAGENS**

Servidor de armazenamento de imagens.

O servidor deverá ter a capacidade de processar e armazenar as imagens provenientes de até 16 câmeras;

Deverá possuir características técnicas de processamento e memória de modo a realizar a gerência e gravações simultâneas, sem qualquer problema de travamento ou perda de imagens, mesmo com as câmeras operando com analíticos;

Deverá ser novo de primeiro uso e estar em plena linha de produção no momento da licitação, sendo possível consultar o site do fabricante para verificação das especificações técnicas;

O servidor deverá pertencer ao portfólio de produtos do(s) fabricante(s) e com previsão de continuidade de fabricação de no mínimo 01 (um) ano. Caso seja descontinuado no período mencionado deverá ser trocado pelo o substituo em linha de produção;

Deverá possuir gabinete tipo rack padrão 19" (dezenove polegadas) com altura máxima de 2U (Rack unit), 38 cm de profundidade e 48 cm de largura entregue com trilhos e quaisquer outros componentes necessários para a perfeita instalação em rack padrão;

Ventilação apropriada a configuração, com fonte de alimentação de no mínimo 500W reais com fator de correção ativo, bivolt.;

O hardware servirá para gerência e gravação das imagens gravadas, e para isso deverá possuir total compatibilidade com as principais fabricantes de câmeras IP do mercado;

O hardware deverá vir com equipado com:

01 (um) processador X86, operando com clock real a 3.6 GHz, número de núcleos no mínimo 4, cache de 6 MB com TDP máximo de 65W, com poder de processamento suficiente para gerenciar a gravação de todos os 14 dispositivos sem perda de dados ou travamentos, mesmo que intermitentes;

04 (quatro) portas USB diretamente no equipamento (sendo no mínimo 01 (um) padrão 3.1), sem o uso de adaptadores;

02 (duas) interfaces de rede 10/100/1000Mbps com conector RJ-45;

08 (oito) Gb de memória RAM ou superior;

04 (quatro) TB de capacidade de armazenamento livre;

Os discos deverão ser específicos para instalação em gravadores de vigilância e não serão aceitos equipamentos com discos rígidos de uso comum para computadores, ou seja, não fabricados com características especificas para sistemas de videomonitoramento;

Possibilidade de expansão de no mínimo mais um disco interno;

Suportar até 6 discos rígidos de 3,5” interno;

Suportar RAID 0, 1, 5 e 10, podendo ser configurado via software.

Cada equipamento deverá estar instalado, ainda, com no mínimo 01 (um) SSD M.2 SATA de no mínimo 240Gb;

Operar na faixa de tensão de entrada de 100 a 240V (automático) à 60Hz, com fonte interna ao equipamento (não serão aceitos equipamentos que operem em tensão de entrada em 12V ou 24V);

A temperatura de operação deverá de 0°~70°C;

O servidor deverá ser fornecido com o sistema operacional Windows Enterprise 10 IoT ou superior, já gravado e totalmente compatível com o equipamento e com o software VMS. A contratada deverá fornecer a respectiva licença de uso definitiva do software de sistema operacional;

Deve possuir bloqueio ao inserir dispositivos físicos externos, bloqueio ao instalar novos app’s, criptografia dos discos, boot seguro, autenticação de múltiplos fatores ao fazer logon no servidor, controle de atualização do Windows de forma remota e com horário agendado em modo avançado e modo leitura de pastas e arquivos somente, sem permitir escrita modificação, ou deletar arquivos;

O sistema operacional deve sempre carregar os aplicativos padrões autorizados ao logon, controlado pelo administrador de rede;

Deverá ser um equipamento que atenda às necessidades de hardware e software descritas que atendam às funcionalidades mínimas descritas podendo serem de fabricantes diversos, observando apenas a perfeita integração em hardware e softwares, podendo ser também um servidor dedicado com VMS e seus respectivos módulos cliente/servidor embarcados na solução de fábrica;

O equipamento deverá possibilitar a reinstalação do sistema operacional através de software ou imagem disponibilizado pela contratada, sendo possível ainda a disponibilização de local para download;

O fabricante deve possuir página de suporte técnico na Internet com disponibilidade das últimas versões de drivers, firmwares.

Garantia de total de 03 anos on-site, disponibilizada pelo fabricante do servidor ou hardware, comprovando este prazo e informando os dados da empresa autorizada para a prestação dos serviços em garantia;

Todos os componentes devem ser integrados pelo fabricante do mesmo;

**Item 14 – SOFTWARE-LICENÇA PARA MONITORAMENTO ARMAZENAMENTO GRAVAÇÃO DE IMAGENS**

Software de gravação, armazenamento e visualização de vídeo IP.

O sistema de gravação, armazenamento e visualização de vídeo IP a ser implantado, deverá ser composto basicamente por servidor para armazenamento e VMS;

O VMS deverá ser um sistema baseado na arquitetura cliente/servidor que permita que o servidor realize as gravações e o gerenciamento das imagens e também seja disponibilizada as imagens através de módulo cliente baseado em interfaces Web e cliente mobile;

O sistema de gravação, armazenamento e visualização de vídeos IP deve atender as seguintes características técnicas mínimas:

O VMS deverá oferecer uma solução de software a nível profissional altamente escalável;

O VMS deverá oferecer uma completa solução de vigilância de vídeo, escalável de uma para centenas de câmeras e que poderão ser adicionadas individualmente;

O VMS deverá possuir uma arquitetura cliente/servidor, e gerenciar ilimitadas câmeras, servidores e clientes remotos. Este limite de capacidade deve ser dado pelo hardware e não pelo software;

Ambas as arquiteturas, cliente/servidor, deverão rodar em sistemas operacionais Windows XP, Windows Vista, Windows Server 2003 R2, Windows Server 2008, Windows 7. Versões 32-bit e 64-bit e Linux deverão ser suportadas;

Os módulos cliente e servidor deverão ser capazes de operar em redes diferentes;

O VMS deverá possuir nos módulos cliente/servidor as aplicações de núcleo do sistema, ferramenta de configuração de todos os componentes do VMS, modo ao vivo, player de arquivos, visualizador de logs/alarmes, funcionalidade de análise de vídeo e pesquisa forense de arquivos;

O VMS deve possuir servidor web integrado, e permitir a conexão remota tanto pelo browser como pelo aplicativo cliente e pelo celular;

O servidor web deve permitir o monitoramento de câmeras ao vivo, a pesquisa de gravações, o controle de câmeras móveis e fish eyes em tempo real, a exportação de quadros e vídeos, a reprodução de áudio e a visualização de eventos do sistema;

O sistema deve permitir conexões unicast e multicast;

O sistema deve permitir a configuração do range de portas que serão utilizadas por ele;

O sistema deverá possuir utilitários para ativação de licenças, logs para identificação de problemas, checagem de marca d’água etc.;

O sistema deve efetuar todos os registros do sistema (logs) em nível de auditoria, armazenando todas as ações dos usuários;

Todos os streams de vídeos fornecidos por câmeras analógicas ou câmeras IP serão codificados em formatos de compressão MPEG-4, M-JPEG, H.265 e/ou H.264, e gravados simultaneamente em tempo real. O VMS deverá servir de interface para servidores compostos por codificadores de vídeo analógicos e digitais e câmeras; daqui em diante referido como servidores de vídeo digital (digital video servers – DVS);

O VMS deverá usar dois streams independentes de câmera ou codificador de IP: um para visualização e outro para gravação. Todas as configurações para cada stream incluindo resolução, tipo de codec, taxa de frames e nível de compressão poderão ser escolhidos independentemente sem afetar performance do sistema ou a funcionalidade do dispositivo IP;

O sistema deve trabalhar com câmeras fixas e PTZ de forma conjunta, ou seja, a movimentação de câmeras PTZ deverão ser controladas por cliques na imagem de câmeras fixas;

A taxa de bits, taxa de frames e a resolução de cada câmera deverão ser definidas independentemente das outras câmeras no sistema e, alterando essas opções, as configurações de display ou gravação de outras câmeras não deverão ser afetadas;

O VMS não deverá requerer qualquer hardware de gravação autenticado ou hardware multiplexador ou tecnologia de divisão de tempo para gravação e monitoramento de vídeo ou áudio;

O VMS deverá ser baseado em uma verdadeira arquitetura aberta, de hardware de armazenamento não autenticado, sem limitações de capacidade de armazenamento e que possibilite upgrades graduais de capacidade de gravação;

O VMS deve possuir recurso de failover para que não haja indisponibilidade em caso de falhas: na queda do primeiro servidor, um servidor secundário deve assumir a gravação e demais funcionalidades do sistema. O projeto deve prever a aquisição de servidores adicionais para o failover;

O VMS deverá capaz de utilizar múltiplos teclados e joysticks de CFTV (com conexão USB) para operar todas as câmeras no sistema, incluindo as câmeras de diferentes fabricantes, incluído suas funcionalidades PTZ;

O VMS poderá possuir compatibilidade e interoperabilidade com os principais fabricantes de câmeras IP do mercado, sendo compatível com ao menos: Arecont, Avigilon, Axis, Basler, Bosch, Brickcom, Canon, Dahua, Dynacolor, Everfocus, Flir, Grandstream, Hanwha Techwin, Hikvision, Messoa, Mobotix, Panasonic, Pelco, Samsung, Sony, UDP Technology, Vivotek e Xenics;

O VMS deverá suportar as mais recentes revisões dos padrões ONVIF e PSIA;

O VMS deverá permitir a configuração de um fuso horário para cada câmera conectada a um DVS e para cada Modo Servidor. Para a busca de imagens gravadas, os usuários deverão ter a possibilidade de pesquisar por vídeo com as seguintes opções de horário local da câmera, de horário local do modo servidor, do horário local da estação de trabalho e de outro fuso horário;

Deverá permitir a configuração do armazenamento de áudio em vídeo nas opções de RAID e organização IDE interna ou externa e/ou RAID ou organização SCSI/Fiber Channel interna ou externa;

Deverá limitar a capacidade de armazenamento configurada por servidor;

Deverá suportar o uso de monitores e câmeras widescreens (formato 16:9), e touch screens;

O VMS deverá ser atualizado de uma versão para a outra sem que o usuário tenha que desinstalar a versão anterior.

O Sistema deverá permitir gravação contínua, por detecção de movimento ou eventos configuráveis;

Permitir a criação de mosaicos públicos no cliente de monitoramento;

O equipamento deverá possibilitar a reinstalação do VMS através de software ou imagem disponibilizado pela contratada, sendo possível ainda a disponibilização de local para download;

O fabricante deve possuir suporte técnico na Internet com disponibilidade das últimas versões de drivers, firmwares.

Os módulos servidores deverão possuir minimamente as seguintes especificações técnicas:

Aplicação de para monitoramento de dispositivos de rede e servidores.

A aplicação deverá:

Monitorar servidores windows e linux

Monitorar ativos de rede

Monitorar impressoras, câmeras, NVR, DVR e qualquer outro dispositivo que possua IP.

Deverá possuir recursos de monitoramento via:

Agente próprio

ICMP

SNMP

Telnet

SSH

Scripts personalizados

Deverá possuir recurso de descoberta de ativos de rede

Deverá possuir recurso de descoberta de recursos de servidores (discos, memória, placa de rede)

Deverá possuir suporte a LDAP

Deverá possuir uma interface web para gerenciamento

Deverá possibilitar a visualização dos dados extraídos através de relatórios, gráficos e mapas.

Deverá permitir a criação de mapas com a topologia da rede.

Deverá possibilitar o armazenamento em banco de dados MySQL ou Postgresql.

Deverá possibilitar a criação de alertas personalizados para cada um dos ativos monitorados

Deverá enviar alertas via SMS, E-mail e Gtalk

Deverá realizar possibilitar o envio de alertas para sistemas de terceiros.

Deverá realizar possibilitar o envio de alertas para sistemas de terceiros.

Deverá oferecer a possibilidade de arquivamento distribuído, ou seja, possuir a capacidade de ser instalado em vários PCs em um ambiente (LAN ou WAN) sem limitação do número de maquinas que poderão ser conectadas para formar um sistema distribuído de servidores de arquivos;

Deverá ser constituído pelo núcleo do sistema, ferramenta de configuração, visualização ao vivo, player de arquivos, visualização de logs, funcionalidade de análise de vídeo e pesquisa forense de arquivos;

O núcleo do sistema deverá possuir as seguintes características básicas:

Permitir ao modulo cliente criar conexões entre diferentes DVS na rede e em streams individuais (áudio, vídeo, digital I/Os) dinamicamente;

Possibilitar a visualização de todos DVS na rede, mesmo que os mesmos estejam atribuído a outros servidores de arquivos;

Manter um catálogo de configurações para os módulos clientes, módulos servidores e DVS no sistema;

No caso de perda de sinal de uma das câmeras, deverá detectar a perda de vídeo e deverá ter a possibilidade de alertar o administrador do sistema;

Receber todos os eventos (detecção de movimento e input digital e output de relay ativados) no sistema e tomar as ações apropriadas baseado em relações evento/ação definidas pelo usuário;

Criar um balanço de eventos e atividades do usuário;

Autenticar usuários e dar acesso ao VMS baseado em direitos de acesso predefinidos;

O VMS deverá suportar múltiplas conexões de núcleos;

As conexões entre os diferentes núcleos deverão ser feita automaticamente se esses núcleos pertencerem a um grupo de servidores de mesmo nome. Os núcleos pertencentes ao mesmo grupo de servidores deverão compartilhar a base de dados de configurações e providenciar aplicação de cliente o acesso a qualquer dispositivo (câmera, servidor) relacionado a esse grupo de servidores, independente de qual servidor serviu como primeira conexão cliente ao sistema;

Cada parte do sistema que contem um núcleo deverá operar independentemente;

O VMS deverá permitir usuários a conectar-se com múltiplos núcleos. O direito a acesso deverá ser determinado por núcleo ou por grupo de servidor;

O núcleo deverá possibilitar a funcionalidade de armazenamento de streams de vídeo e áudio baseado em eventos disparadores como detecção de movimento, ativação de input digital e eventos de análise de vídeo;

O núcleo deverá permitir múltiplos agendamentos de gravação sendo designado a uma única câmera, cada agendamento será tratado com os seguintes parâmetros, configurações de qualidade de vídeo quanto a resolução, taxa de frames e taxa de bits, modo de gravação em contínuo, manual, desabilitado, alarme/Manual ligado e gravação com escala de frames (de 1 a 25) e configuração de hora e data, diário, semanal, continuo e por flexibilidade de horário;

O núcleo deverá suportar Gestão avançada de alarme, que deverá ter a capacidade de designar alarmes e procedimentos a usuários ou grupo de usuários específicos e permitir um usuário a programar alarmes e visualizar histórico de alarmes;

O núcleo deverá receber e registrar eventos de alarme quando ativo, reconhecido com certa resolução, objeto perdido, quando a aplicação for perdida, quando o arquivamento for interrompido quando o backup por iniciado, quando o backup for bem sucedido, quando houver falha de Backup, quando houverem eventos de câmera, quando a gravação inicia automaticamente, quando a detecção de movimento for ligada e desligada, quando o sinal for perdido e recuperado, quando houver abertura e fechamento de input digital, quando o sinal for perdido e recuperado, quando a unidade for encontrada e perdida, quando determinado usuário efetuar Logon ou Logoff no sistema, eventos definidos pelo usuário, eventos de análise de vídeo quando houver cruzamento de limite em alguma direção, objeto(s) abandonado(s), contagem de pessoas, detecção de movimento em uma determinada área de interesse, mudança no plano de fundo da cena, perda de qualidade de vídeo (perda de foco, sujeira, ofuscamento ou obscurecimento da imagem), parada na área de interesse, permanência na área, entrada e saída na área, detecção de ociosidade, detecção de fogo e de fumaça, detecção de placas LPR e análise de vídeo embarcada de câmeras IP e eventos de análise de áudio quando houver detecção de ruído de acordo com configuração do limite de áudio aceitável e detecção de silêncio;

Ferramenta de gerenciamento de eventos e ocorrências. Ferramenta de apoio à análise de causas das ocorrências de não-conformidades.

Deverá realizar o registro e categorização das ocorrências;

Deverá realizar tratativa da criticidade das ocorrências;

Deverá realizar o gerenciamento de sugestões de melhoria;

Deverá permitir o controle dos prazos das ações a serem cumpridas para o atendimento das ocorrências;

Deverá permitir rapidez, segurança e controle no tratamento de ocorrências;

Deverá possuir gráficos e relatórios de desempenho;

Deverá possuir fluxos de ações baseados no padrão BPMN 2.0;

Deverá possuir editor de fluxos incluso na solução;

Deverá ser Multiusuário;

Deverá possibilitar o gerenciamento completo de incidentes;

Deverá possuir relatórios personalizados;

Deverá enviar notificações por email;

Deverá possuir interface totalmente Web;

Em casos de ocorrência e alertas, o sistema deverá exibe ao operador de monitoramento todas as informações pertinentes, com base no nível de gravidade dos incidentes;

Deverá possibilitar ao supervisor estabelecer prioridade de tratamento de incidentes para cada operador de monitoramento e o nível de severidade em diferentes momentos do incidente;

Deverá atualizar dinamicamente a prioridade de tratamento de incidentes para os usuários e seu nível de criticidade no momento que a situação evolui;

Deverá recomenda os procedimentos e planos de ação (workflow) a serem implantados para cada tipo de incidente;

Deverá possuir API REST aberta

Deverá possuir Layout adaptativo para notebook, tablet e celulares

Deverá realizar captura automatizada de alertas de diversos dispositivos

Deverá possibilitar a instalação On-Premises ou em Cloud Computing.

Deverá possibilitar a captura de imagens diretamente das câmeras/DVR/NVR

Deverá possuir integração com Softwares de Terceiros

Deverá possibilitar a criação de relatórios customizáveis

Deverá possibilitar integração com sensores de alarmes de terceiros

Deverá possuir monitoramento de ativos com criação de gatilhos personalizados

Deverá possibilitar a criação de mapas personalizados para fácil visualização dos sensores

Deverá realizar importação e exportação de dados para Excel/CSV

Poderá possuir compatibilidade e interoperabilidade com grupos geradores coletando ao menos as seguintes informações:

Nível de combustível/óleo

Número de partidas

Horas em execução

Programação de manutenção

Voltagem Bateria

Temperatura Óleo

RPM Motor

RPM Gerador

KVA Gerado/Consumido

Frequência de entrada/saída

Consumo Instantâneo

Deverá realizar integração com nobreaks coletando ao menos as seguintes informações:

Coleta de informações:

Nível bateria

Estado das baterias

Carga Utilizada

Tensão de Entrada/Saída

Corrente de Entrada/Saída

Runtime

Temperatura Baterias

Caso o software não possua o recurso de análise de vídeo e áudio de forma nativa, serão aceitas integrações com outros sistemas para alcançar o recurso desde que seja comprovada a integração pelo fabricante;

O núcleo deverá ter a capacidade de executar qualquer das ações em resposta aos eventos tais como ações de arquivamento ( ao iniciar gravação), ações de monitoramento (visualiza no modo ao vivo, uma câmera, uma câmera em uma janela livre, um mapa e filtrar eventos), ações PTZ (ir para pré-ajuste), ações de notificação de usuário (envia ao usuário mensagem, alerta de som, e-mail e alarmes) e ações de relay de output (liga e desliga o relay de output);

O sistema deve permitir o recebimento de eventos de diversos tipos de equipamentos externos: câmeras IPs, DVRs, NVRs, caixas registradoras (POS), sistemas de controle de acesso e incêndio;

O VMS deverá incluir uma ferramenta de licença que permita a coleta de informação para ativação de licença de todos os servidores no sistema e ativará a licença em qualquer sistema de servidor sem qualquer ação adicional e sem distribuição forçada de licença entre servidores;

Processo de licenciamento deverá ser aplicado automaticamente por meio de serviço especial de licenciamento, caso o servidor possua conexão com a internet sem que haja interferência com o sistema em funcionamento;

Caso o servidor não possua conexão com a internet o usuário deverá ter a possibilidade de salvar a informação de ativação no arquivo e gerar uma chave de licença através de um computador com conexão à internet;

A ferramenta de licença deverá ter a possibilidade de aplicar-se diferentes ações à chave de licença: remover atual licença do sistema, salvar atual chave de licença em um arquivo especial;

A ferramenta de licença deverá possibilitar a expansão do sistema com qualquer número de dispositivos (câmeras, servidores) adicionais sem que haja interferência com o sistema em funcionamento;

O núcleo de sistema deverá suportar sistema de arquivos proprietário, independente do Windows para evitar fragmentação da parte do disco rígido destinado para arquivamento e acesso de aplicações. A comunicação entre o núcleo do sistema e o sistema de arquivo deverá ser processada em baixo nível, sem envolvimento de qualquer aplicação Windows;

Os arquivos de vídeo do VMS poderão ser criados na designada parte do disco rígido na partição existente, em uma partição designada ou em um disco rígido completamente destinado a arquivamento de vídeo;

Deve ser possível armazenar um arquivo de vídeo tanto num disco local como em storages NAS;

O sistema deve ser capaz de gerenciar os vídeos armazenados em cartões de memória instalados nas câmeras (edge storage);

O sistema deve permitir a replicação de dados entre dois arquivos de vídeo, a qual deve ser iniciada de forma automática ou manual;

O arquivamento de gravação de vídeo não deverá ser afetado por aglomeração no disco rígido/ dano ao setor, e esse setor deverá ser ignorado pelo núcleo do sistema em uso futuro para evitar possíveis danos à integridade do arquivo;

Os usuários deverão ter a possibilidade de criar um número ilimitado de arquivos virtuais no sistema com a possibilidade de adicionar certas câmeras a arquivos específicos com diferentes parâmetros de gravação, sem afetar a performance do sistema, eficiência de arquivamento e a funcionalidade geral das câmeras;

A aplicação Ferramenta de Configuração deverá permitir ao administrador ou aos usuários com direito de acesso a mudar a configuração do sistema. Deverá ter as seguintes capacidades:

Deverá possibilitar administração descentralizada do sistema de qualquer lugar na rede;

O sistema deve buscar todos os dispositivos e servidores compatíveis na rede;

Layouts da câmera deverão estar disponíveis a todos os usuários no VMS e estar armazenados no núcleo e aplicados a todas as aplicações do Visualizador ao vivo /Player de arquivos conectadas ao núcleo;

Deverá possibilitar alteração de qualidade do vídeo, largura de banda, e taxa de frames para cada câmera, para vídeo ao vivo e gravado;

Deverá ter a capacidade de definir acesso e direitos por grupo de usuários, assim como individualmente;

Possibilitar a configuração de luminosidade, contraste e cor (tom) para cada câmera no mesmo DVS;

Possibilitar a ativação da gravação de áudio em unidades DVS que suportem áudio;

Possibilitar a mudança de parâmetros de áudio, porta serial e configuração I/O para unidades DVS individualmente;

Deverá ter a capacidade de definir direitos e acessos por grupos de usuários, bem como limitar acessos a determinados grupos de usuário no acesso web;

Suportar wizards para descobrimento automático de dispositivos IP (câmeras e codificadores) dentro da rede, e a possibilidade de adiciona-los automaticamente à configuração de qualquer servidor dentro de um grupo de servidores, sem qualquer configuração adicional por parte do usuário;

Possuir a capacidade de agrupar certas câmeras e restringir ou permitir acesso a esse grupo por usuário;

Possuir a capacidade de estabelecer o modo de gravação para cada câmera baseado em detecção de movimento, input de alarme, eventos de analise de vídeo, agendado ou continuamente;

Possibilitar a criação de uma lista complexa de ações que poderão ser ativadas em eventualidade. Usuários deverão poder escolher ações especificas de uma variedade de comandos comuns e complexos:

Gravar câmera visualizada com áudio (caso a câmera possua o recurso), enviar mensagem, enviar alerta sonoro, enviar e-mail para um ou mais endereços pré-configurados, mover uma câmera PTZ para um preset específico, enviar um sinal para um relé conectado à câmera, abrir layout para câmera específica ou qualquer outro layout pré-configurado, ativar um alarme, armar/desarmar uma câmera de vídeo, enviar uma mensagem SMS para um ou vários números pré-configurados, executar programas externos no cliente exportar automaticamente snapshots ou vídeos;

Deverá suportar a criação de agendamentos aos quais parâmetros de gravação podem ser associados;

Deverá suportar criação de ilimitados agendamentos de gravação e designação de qualquer câmera a qualquer agendamento;

Deverá possuir ferramentas para definir automaticamente ações a serem tomadas em resposta a eventos internos/externos;

Usuários deverão ter a possibilidade de configurar a função de retornar ao inicio após um tempo predefinido de inatividade para câmeras PTZ;

Usuários deverão ter a possibilidade de configurar diferentes tipos de análise de vídeo com a possibilidade de calibrar cada característica de análise de vídeo dependendo de tamanho do objeto, velocidade do movimento e contraste com o plano de fundo;

Usuários deverão ter a possibilidade de combinar câmeras a um número ilimitado de grupos definidos pelo usuário. Grupos de câmera corresponderão à interface do visualizador ao vivo para facilitar navegação por diferentes layouts de grupos de câmeras combinadas;

A aplicação visualizador ao vivo permite a visualização ao vivo de vídeo e comunicação ao vivo de áudio com unidades do DVS. Deverá ter as seguintes capacidades mínimas:

Deverá possibilitar monitoramento ao vivo de vários streams de vídeo simultaneamente no mesmo monitor;

Deverá possibilitar monitoramento ao vivo de vários streams simultaneamente em um computador que suporte múltiplos monitores;

Deverá possibilitar aos operadores escolherem de um número de possíveis layouts de displays de câmeras;

Deverá mostrar todas as câmeras conectadas ao sistema;

Deverá mostrar todos os grupos de câmeras conectadas ao sistema;

Deverá possibilitar aos operadores a controlar (Pausar/Play, avançar, voltar) grupos de câmeras sem afetar a possibilidade de outros operadores de ver e controlar a mesma sequencia;

Deverá suportar a funcionalidade de Mapeamento, onde mapas digitais são usados para representar a localização física de câmeras e outros dispositivos do sistema de vigilância. Mapas terão a possibilidade conter hyperlinks com o objetivo de criar uma hierarquia de mapas interligados. A funcionalidade de mapeamento terá a possibilidade de importar mapas de qualquer software gráfico que suporte os formatos de imagem BMP, JPEG e/ou GIF;

O operador deverá poder clicar no ícone de uma câmera no mapa para visualiza-la ao vivo;

A interface do mapa deverá ser posicionada na mesma tela com os layout das câmeras para providenciar total correlação entre os ícones das câmeras no mapa e o panorama da câmera no layout. Clicando no ícone da câmera no mapa destacará a câmera visualmente para conveniência do operador;

A interface do mapa deverá prover informação sobre o status de certos objetos (alarmes, ativados por detectores) e visualizará área de visão da câmera no mapa;

Deverá permitir o Monitoramento de Eventos em tempo real, com a possibilidade de filtrar eventos específicos para exibição;

Deverá monitorar em tempo real as condições de cada servidor do sistema, indicando a utilização de disco, carga de CPU, falha de câmeras, de forma que o operador possa tomar alguma ação em caso de falhas;

Deverá suportar zoom digital no stream de vídeo ao vivo;

O zoom digital para câmeras fixas deverá ter a possibilidade para o operador designar área de interesse de qualquer tamanho na visão da câmera e o VMS irá automaticamente dar zoom na área designada;

O zoom óptico para câmeras PTZ deverá ter a possibilidade de operadores designarem áreas de interesse de qualquer tamanho e o VMS irá automaticamente pan/tilt/zoom na área designada;

Deverá efetuar o rastreio automático de objetos em movimento na cena por câmeras PTZ, independente da câmera ter ou não o recurso de auto-tracking;

Deverá permitir comunicação de áudio com a unidade DVS. O operador terá a opção de usar modo full duplex (para funcionar como um sistema de intercom por IP) ou para uso unidirecional de áudio. O áudio será arquivado na mesma base de dados que vídeo;

O operador deverá poder facilmente navegar entre essa aplicação e outras aplicações do modulo cliente (caso possua direito de acesso) com simples clique;

O operador deverá poder controlar pan-tilt-zoom, Iris, foco, revezamento de dome, padrão de dome, predefinições de dome e o menu de configuração de dome. Também poderá definir padrões e definições. O operador deverá ser capaz de controlar a câmera por meio de clique em qualquer imagem de câmera PTZ assumindo esse ponto como novo centro da imagem;

O operador deverá ser capaz de iniciar/parar gravação de qualquer câmera no sistema – que esteja configurada para permitir gravação manual – clicando em único botão;

O operador deverá ter a capacidade de ativar ou desativar visualização de todos os eventos do sistema a medida que eles ocorrerem;

Deverá possibilitar aos operadores visualizarem um acesso direto ao modo de Player de arquivos por múltiplas câmeras simultaneamente;

Deverá fornecer ao operador informações sobre alarme ativado, por análise de vídeo ou detecção de movimento na janela da câmera com preview (em câmera lenta repetida da sequência do alarme) do evento, com a possibilidade de entrar no gerenciamento do alarme clicando na janela de preview do alarme;

Usuários deverão ser capazes de tirar snapshots de feeds de vídeo ao vivo no visualizador ao vivo e salvar ou imprimir snapshots;

O usuário deverá ser capaz de visualizar a mesma câmera múltiplas vezes em diferentes partes da tela;

Usuários deverão ser capazes de exibir um layout de streams de vídeo em um monitor que remova todos componentes gráficos que não vídeo;

Usuários deverão ser capazes de controlar funções PTZ com um joystick de PC padrão;

O visualizador ao vivo deverá suportar uma interface de preview especial que permitirá fácil navegação pela sequência de arquivo, usando snapshots correspondentes por tempo com inicio em algum evento: detecção de movimento, análise de vídeo, alarme, alarme manualmente ativado, evento de alarme sonoro. Sequências de preview também podem ser correspondentes a certo nível de importância de alarme e alarmes não classificados;

A aplicação player de arquivos permite reprodução de arquivos de vídeo e áudio. Terá a seguinte capacidade mínima:

Deverá suportar reprodução de áudio e vídeo de qualquer intervalo de tempo;

Deverá possibilitar aos operadores escolherem um número de possíveis layouts de display de câmeras;

Deverá possibilitar ao operador selecionar reprodução sincronizada de todos os streams de vídeo, permitindo ao operador visualizar eventos a partir de múltiplos ângulos;

Deverá possibilitar ao operador controlar a reprodução com a função pause, de fixar velocidade, de avançar a reprodução à 0.5x, 1x, 2x, 4x, 16x, de voltar reprodução à - 0.5x,- 1x, -2x, -4x, -16x e de avançar e retornar a reprodução lentamente quadro a quadro. Isso, mostrando em uma única linha de tempo ou idealmente em uma linha de tempo para cada stream de vídeo, com a qual o operador pode navegar entre sequências de vídeo simplesmente clicando no ponto na linha de tempo;

Deverá destacar a linha do tempo com diferentes cores dependendo do tipo de gravação durante o período – sem gravação, gravação permanente, gravação com eventos de detecção de movimento padrão, eventos de gravação por análise de vídeo;

Deverá mostrar na linha do tempo todos os eventos do sistema entre os determinados pelo operador (detecção de movimento, evento de análise de vídeo, perda de vídeo, redução da qualidade de vídeo, alarme sonoro) com marcadores de diferentes cores;

O operador deverá ter a possibilidade de escolher quais marcadores devem ser mostrado na linha de tempo com o uso de filtros que o ajude a selecionar todos os eventos, somente alarmes (com a possibilidade de definir alarmes por nível de importância), alarmes não classificados e fonte de alarme (Ativado manualmente, Detecção de movimento, alarme sonoro, evento de análise de vídeo, ativação de sensor);

Deverá prover ferramenta para buscar vídeo e respectivo áudio para eventos ou parâmetros de movimento definidos pelo usuário;

Deverá suportar zoom digital na reprodução de streams de vídeo;

Deverá prover exportação de imagem estática para os formatos JPEG e PDF com hora e data estampadas na imagem;

Deverá prover ferramentas para exportar sequencias de vídeo em formatos padrões como AVI e MKV;

Deve ser permitida a inserção de comentários, mascaramento de áreas e proteção por senha dos arquivos, seja uma exportação em formato estático ou vídeo;

O operador deverá poder facilmente navegar entre essa aplicação e outras aplicações do modulo cliente (caso possua direito de acesso) com simples clique;

A aplicação de reportagem de eventos providenciará logs sobre atividades do sistema. O esquema da base de dados estará disponível a usuários para criação de logs personalizados;

Reportagem de eventos será equipada com os modelos de documento de evento informacional, evento de erro, evento de alerta, informação de debug e ferramenta de licença;

A funcionalidade de pesquisa forense permite ao operador fazer uma busca direta no arquivo por específicos eventos sem a necessidade de pré-configurar as características de análise de vídeo da(s) câmera(s). A pesquisa forense poderá ser feita em qualquer câmera no sistema.

A pesquisa forense deverá ser facilitada com a analise de eventos de cruzamento de limite em alguma direção, por objetos abandonados, por movimento na área de interesse, por parada na área de interesse, por permanência na área, por entrada e saída na área, por passagem de uma área para a outra e por múltiplos objetos movimentando-se simultaneamente em uma mesma área;

Pesquisa forense deverá possibilitar de busca de objetos de alta e baixa velocidade mudando-se a seta de direção de movimento na interface de busca;

Pesquisa forense deverá possibilitar a busca de objetos com cores específicas a partir de uma palheta de cores ou de uma cor selecionada pelo operador proveniente da imagem da câmera;

O player de arquivo deverá possibilitar a sobreposição de diversos intervalos de tempo ou sequências de arquivos em uma mesma janela simultaneamente;

O usuário deverá ter a possibilidade de escolher o intervalo de tempo na linha do tempo do arquivo e visualizar simultaneamente todos os eventos registrados pela função de análise e vídeo em uma única exibição sem afetar a visualização ou a reprodução das outras câmeras;

O operador deverá ter a possibilidade de alterar para exibição de arquivo padrão clicando no objeto rastreado na janela da câmera (em umas das sequências de vídeo) posicionando a linha do tempo do arquivo no horário que o objeto foi rastreado;

O sistema deve capturar e registrar no banco de dados a face de todas as pessoas que passarem nos ambientes monitorados. Para consulta no banco de dados, o operador deve ter a possibilidade de inserir uma foto para pesquisa no banco de dados, e verificar se uma determinada pessoa esteve presente no local. Caso o software não possua o recurso de forma nativa, serão aceitas integrações com outros sistemas para alcançar o recurso desde que seja comprovada a integração pelo fabricante;

O sistema deve possuir reconhecimento facial para alertas em tempo real (configuráveis pelo Administrador do sistema) caso uma pessoa cadastrada como suspeita seja reconhecida. Caso o software não possua o recurso de forma nativa, serão aceitas integrações com outros sistemas para alcançar o recurso desde que seja comprovada a integração pelo fabricante;

O sistema deve permitir a configuração da área de atuação da captura dos rostos e ajuste de sensibilidade;

Deve ser possível pesquisar por um rosto em mais de uma câmera simultaneamente;

O sistema deve possuir uma ferramenta para conseguir detectar apenas humanos, ignorando todo falso alarme que possa ocorrer com outros objetos ex: (Galhos de arvores, veículos, animais etc) caso não exista de forma nativa, podendo usar softwares de terceiros;

O sistema deve permitir a contagem de pessoas, monitorando a quantidade de pessoas que entraram e saíram daquele local. Deve permitir criar relatórios com estes eventos, indicando a quantidade de pessoas que circularam numa faixa de horário ou dia daquele intervalo de tempo especificado.

Os módulos cliente deverão possuir minimamente as seguintes especificações técnicas:

Deverão ser compostas do modo ao vivo, Player de arquivos, ferramenta de configuração, visualizador de logs, funcionalidade de análise de vídeo, pesquisa forense de arquivos;

Deverá ser capaz de executar aplicações simultâneas como controle de câmera PTZ, reprodução ao vivo de câmeras na estação de trabalho, reprodução de vídeo arquivado na estação de trabalho, recuperação de vídeo arquivado, replay instantâneo de vídeo ao vivo na estação de trabalho, replay instantâneo de vídeo ao vivo em monitor analógico, uso de mapas com indicação do posicionamento de câmeras, visualização de eventos em tempo real, configuração de definições de sistema, display e gerenciamento de alarmes na estação de trabalho, criar e imprimir snapshots de feeds de vídeo ao vivo, criar e imprimir snapshots de feeds de vídeo arquivado, criar detectores de análise de vídeo em tempo real, executar pesquisa forense para qualquer câmera disponível, criar layouts flexíveis com posicionamento livre de câmeras e a criar configuração multi-monitor com número de monitores igual à quantidade física de telas conectadas ao PC no qual o cliente está rodando. Tudo isso sem que haja interferência a outras operações como gravação, alarmes, etc.

Todas as aplicações deverão suportar qualquer forma de conectividade com rede IP, incluindo LAN, WAN, VPN, Internet e tecnologias Wireless. Conexão segura entre o Núcleo do sistema e o cliente será providenciada por meio de tecnologia virtual private network (VPN) para evitar possibilidade de conexão não autorizada conseguir acesso ao stream de dados ou vídeo;

O Cliente deverá possuir interface especial para gerenciamento de alarme que providenciará a possibilidade de se criar sequências de alarmes para diferentes fontes (detecção de movimento, análise de vídeo de evento, perda de vídeo, redução de qualidade de imagem, alarmes sonoros). Processo de gerenciamento de alarme incluirá a possibilidade de o operador acessar qualquer alarme ativo e processar o alarme com certa resolução (marcador) para investigação adicional e buscar esses eventos no arquivo e presença visual na linha do tempo;

O sistema deverá permitir autenticação HTTP Digest ao se conectar com os dispositivos;

Todas as aplicações deverão prover mecanismo de autenticação, que verificará a validade do usuário. O Administrador deverá poder definir ilimitados direitos de acesso específicos para usuários no sistema, tais como configuração de dispositivos, configuração de arquivos, configuração de funções de análise de vídeo, configuração de usuário, configurações de opções adicionais, sequências de alarmes, layout das câmeras, mudança de layout, ferramenta de logs do sistema, minimizar ou esconder interface do VMS, exportar vídeo ou imagens, mudar as entidades mostradas, editar/salvar o layout de configuração, iniciar/parar volta de guarda, editar extensão de tempo de volta de guarda, áudio (ouvir/falar), zoom digital, replay instantâneo, controlar sequências de câmeras, executar Macros e controle PTZ;

Cada estação de trabalho rodando o cliente deverá ser capaz de usar um teclado CFTV (com conexão USB) ou um teclado de PC que poderá controlar todas as câmeras ligadas ao sistema;

Todas as aplicações cliente deverão permitir que múltiplas instâncias rodem simultaneamente, por um ou múltiplos usuários. O número de instâncias das aplicações modo ao vivo e Player de arquivos não deverão ser limitadas pelo número de licenças de aplicações;

O sistema deve permitir o monitoramento do uso dos recursos do Servidor em tempo real, exibindo a porcentagem de uso de CPU, status das câmeras, uso da rede e painel de eventos;

O sistema deverá suportar acesso remoto via browser e possuir aplicativos para acesso a partir de plataformas móveis com os sistemas operacionais Android e iOS. Este aplicativo cliente de celular deve permitir ao usuário a visualização das imagens ao vivo e gravadas, a reprodução de áudio, o controle de câmeras PTZ e fish eyes, o zoom digital e a visualização de mapas.

**Item 15 - SWITCH 8 PORTAS GIGA**

Arquitetura

Deve possuir no mínimo 08 portas 10/100/1000 Base-T PoE;

Deve operar nos padrões IEEE 802.3af e IEEE 802.3at com no mínimo 65W de potência PoE;

Deve possuir no mínimo 2 portas SFP para conexões 1Gbps, não podendo ser combo com as portas solicitadas no item anterior;

Deve possuir capacidade de Switching Fabric mínima de 20 Gbps e comutação mínima de 14Mpps;

Deve possuir tabela de MAC Address mínima de 8K e suportar Jumbo Frames de no mínimo 10.000 bytes;

Deve possuir buffer de no mínimo 4MB;

Deve possuir kits de fixação para instalação em rack de 19”;

Funcionalidades

Deve possuir método de comutação de pacotes store-and-forward;

Deve possuir controle de tempestade de broadcast/multicast/unicast;

Deve possuir espelhamento de portas (Port Mirroring) nas modalidades 1:1 e N:1;

Deve possuir port trunking conforme o padrõe IEEE 802.3ad, permitindo a criação de no mínimo 4 grupos por switch com capacidade de 8 portas por grupo;

Deve possuir LLDP e LLDP-MED;

Deve possuir os protocolos IEEE 802.1d (Spanning Tree), IEEE 802.1w (Rapid Spanning Tree) e IEEE 802.1s (Multiple Spanning Tree);

Deve suportar no mínimo 32 instâncias de MSTP

Deve possuir IGMP Snooping v1 e v2;

Deve possuir recurso de MLD snooping v1;

Deve suportar roteamento estático com no mínimo 124 rotas IPv4 e 50 rotas IPv6;

Deve possuir recurso de limitação da quantidade de endereços MAC por porta, podendo trabalhar com até 64 MACs por porta simultaneamente;

Deve suportar IP-MAC-Port Binding ou funcionalidade equivalente

Deve possuir no mínimo de 256 VLANs de acordo com o padrão IEEE 802.1Q VLAN Tag

Deve suportar Voice-VLAN;

Deve possuir priorizacão de acordo com o 802.1p no mínimo 8 (quatro) filas por porta, suportando os algoritmos: WRR e Strict Priority;

Deve possuir a funcionalidade de controle de banda podendo configurar intervalos de 16 Kbps;

Deve possuir Classificação do Tráfego (CoS) baseado em, no mínimo:

802.1p,

DSCP,

Endereço MAC

Endereço IP

Porta TCP/UDP;

Deve suportar, no mínimo, 760 regras ACL (Access Control List) baseadas em:

802.1p,

Endereço IP

Endereço IPv6

Endereço MAC,

DSCP,

Porta TCP/UDP

Gerenciamento:

Deve possuir SNMP v1, v2c e v3;

Deve possuir gerenciamento via Web através de IPv4 e IPv6

Deve possuir RMONv1 com 4 grupos (estatísticas, histórico, alarmes e eventos);

Deve possuir SNTP de acordo com a RFC 2030;

Deve suportar a configuração de no mínimo 4 IP interfaces

Deve suportar envio de mensagens para servidor SYSLOG em IPv4 e IPv6;

Deve possuir Telnet Server

Deve suportar Telnet Server over IPv6;

Deve possuir SSH v2;

Deve possuir cliente TFTP ou FTP;

Deve implementar TFTP over IPv6

Deve suportar DHCP Relay;

Deve suportar ICMPv6 de acordo com a RFC 4443;

Deve suportar o armazenamento de pelos menos duas imagens de firmware e duas versões de configuração em sua memória;

Deve possuir BOOTP/DHCP Client para IPv4 e IPv6;

Deve possuir recurso de Diagnóstico de Cabos;

Deve suportar as seguintes MIBs e RFCs:

RFC 1213 MIB-II;

RFC 1493 Bridge MIB;

RFC 1157 SNMP MIB;

RFC 1907 SNMPv2 MIB;

RFC 2819 RMON MIB;

RFC 1398, 1643, 1650, 2358 e 2665 Ether-like MIB

RFC 2618 RADIUS Authentication Client MIB

RFC 2620 RADIUS Accounting Client MIB

RFC 2674 802.1p MIB

RFC 1215 MIB Traps Convention

RFC 768 UDP

RFC 791 IP

RFC 792, 2463, 4443 ICMPv4 e ICMv6

RFC 793 TCP

RFC 826 ARP

RFC 4291, IPv6 Addressing Architecture

RFC 2893, 4213 IPv4/IPv6 dual stack function

RFC 2462, 4862 IPv6 Stateless Address Auto Configuration

RFC 2464 IPv6 Ethernet and definition

RFC 2460 IPv6

RFC 2461, 4861 Neighbor Discovery for IPv6

RFC 783 e 1350 TFTP

RFC 854 Telnet

RFC 951, 1542 e 2131 DHCP/BootP

RFC 2068 e 2616 HTTP

RFC 1321, 2284, 2865, 3580 Extensible Authentication Protocol (EAP)

Segurança

Deve possuir o protocolo 802.1x com autenticação através de usuário e senha

Deve possuir 802.1X Access Control, com recurso de Assinalamento Dinâmico de VLAN;

Deve permitir autenticação RADIUS para acesso ao gerenciamento;

Deve implementar funcionalidade de prevenção de ataques do tipo ARP Spoofing ou similar;

Características Físicas e Certificações

Deve possuir fonte de alimentação interna de 110/220V 60Hz, com chaveamento automático;

Deve possuir leds de identificação de atividade de porta e de alimentação do switch;

Deve suportar temperatura de operação entre -5ºC e 50ºC

Deve possuir certificações FCC, CE, VCCI;

Deve possuir certificação ANATEL.

Deverá efetuar a instalação dentro da caixa hermética na equipagem dos postes.

O Software deve suportar SNMP V1, V2c e v3;

Deverá ser instalável em Windows Professional 7/8/10, Server 2008 R2 e Server 2012 R2;

Deverá possui interface WEB, possibilitado o acesso de outros computadores a aplicação caracterizando ambiente cliente/servidor;

Deverá ser funcional com Sistemas 32bits ou 64 Bits;

Deverá ser capaz de ser instalado em equipamento com 2GB de RAM sobre sistemas de 32Bits e 8GB em sistemas de 64Bits;

Deverá ser instalável e operar em computador com CPU dual core de 2.0Ghz ou maior para sistemas de 32 bits e 3.0 GHz para sistemas de 64 bits;

Deve implementar LLDP;

Deve implementar descoberta automática de equipamentos;

Deve implementar a descoberta de dispositivos por intervalo de endereços IPs;

Deve ser possível monitorar o Status de cada dispositivo;

Deve possuir dashboard customizável;

Deve emitir alertas (Traps)

Deve implementar o envio de alertas através de email;

Deverá ser possível realizar o backup e restauração dos equipamentos via software e agendamento de backup;

Deve ser possível realizar o upgrade de firmware dos equipamentos via software, inclusive com agendamento;

Deve implementar recursos de Ping;

Deve implementar monitoramento de tráfego das portas dos dispositivos e consumo de suas CPUs e memória;

Deve implementar gráficos para monitoramento;

**Item 16 – TRANSEIVER WDM LADO A**

Taxa de transmissão de até 1.25Gbps;

Comprimento de onda: 1310nmDFB Tx/1550nmRx;

Distância até 10 km;

Alimentação 3.3V TTL Logic;

Interface Simplex LC;

Hot Pluggable;

Temperatura de operação: 0C ~+60C;

Especificação MSA SFP;

DDM (Digital diagnostic monitor);

Compatível com SFF-8472;

Possuir total compatibilidade e interoperabilidade com os switchs ofertados.

**Item 17 - TRANSEIVER WDM LADO B**

Taxa de transmissão de até 1.25Gbps;

Comprimento de onda: 1550nmDFB Tx/1310nmRx;

Distância até 10 km;

Alimentação 3.3V TTL Logic;

Interface Simplex LC;

Hot Pluggable;

Temperatura de operação: 0C ~+60C;

Especificação MSA SFP;

DDM (Digital diagnostic monitor);

Compatível com SFF-8472;

Possuir total compatibilidade e interoperabilidade com os switchs ofertados.

**Item 18 - TREINAMENTO**

* O programa de treinamento deve compreender o nível Operacional, visando esclarecer o pessoal encarregado da operação a respeito dos assuntos que lhe permitam um melhor conhecimento do conjunto.
* Deverá compor o treinamento:
* Estudos de teoria de funcionamento do Sistema – Carga horária de 4 horas;
* Treinamento (teoria e prática) na utilização dos softwares instalados na Central de Vídeo-monitoramento – Carga horária de 8 horas.
* Noção global sobre a operação e instalação do Sistema – Carga horária de 8 horas.
* A contratada deverá ministrar o treinamento e repasse de conhecimento contendo carga horária mínima de 20 horas.
* A Contratada deve prover os materiais e equipamentos destinados ao treinamento do pessoal, tanto para suprir as necessárias bases teóricas, como para fornecer todos os elementos práticos relacionados com os serviços.
* Deverá ser ministrado o treinamento para até 04 (quatro) colaboradores.

**21. OUTRAS OBRIGAÇÕES**

Atendendo a orientação do Ministério da Justiça e Segurança Pública, através do Ofício-Circular nº 33/2020/GAB-SEGEN/SEGEN/MJ, referenciado o Acordão 2303/2019 – TCU-PLENÁRIO, determina que em vista do disposto no art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993, aplicável aos convênios por força do art. 116 do mesmo diploma, será exigido que as propostas contenham indicação de marca, modelo e especificação completa dos itens ofertados, onde serão analisadas ao exigido nas especificações do Edital e anexos, sendo desclassificada a proposta que não forem apresentadas da forma exigida e não comprovarem a característica especificadas.

A proposta deverá ainda conter as quantidades e valores de cada item, redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, sem emendas, sem rasuras ou entrelinhas, devidamente datadas e assinadas na última folha e rubricadas nas demais pelo representante legal da licitante.

É parte integrante da proposta, sendo obrigatório a apresentação, os catálogos, folderes, datasheets ou qualquer documento do fabricante para comprovação das características dos produtos ofertados ou certificações exigidas, devendo ser na língua portuguesa ou língua inglesa.

Para o perfeito funcionamento, para a efetividade da garantia e operacionalização do sistema que é totalmente voltado a segurança pública, inclusive a fim de cumprir a exigência do atendimento ao Plano de Sustentabilidade apresentado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública no momento da aprovação do convênio o proponente deverá possuir pessoal qualificado com conhecimento tecnológico comprovando aptidão para instalar e configurar as câmeras e software de monitoramento ofertados, através de certificado ou outro meio indicado pelo fabricante a ser comprovado até o ato da contratação sendo, segundo entendimento do TCU, exigida como requisito técnico obrigatório da contratada. (*TCU, Acórdão nº 926/2017, Rel. Ministro Aroldo Cedraz, Informativo nº 322, de 30.05.2017.*)

Todos os itens a serem fornecidos deverão estar de acordo com as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Na inexistência destas, ou em caráter suplementar, poderão ser adotadas outras de entidades reconhecidas internacionalmente, tais como:

\*NEMA - National Electrical Manufactural Comission

\*ANSI - American National Standard Institute

\*IEEE - Institute of Electrical and Electronic Engineers

\*EIA - Electronic Industries Association

Poderão ser aceitas outras normas de reconhecida autoridade, que possam garantir o grau de qualidade desejado e aqui especificado, sempre após ciência e aprovação da Prefeitura de Heitoraí.

**22. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

Se dará por meio de comprovação através da apresentação Capacidade Técnica Operacional e Capacidade Técnica Profissional.

1. Para comprovação de Capacidade Técnica Operacional deverá apresentar:

I - Prova de registro com a devida regularidade da empresa perante Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA com jurisdição no Estado em que for sediada a Empresa Proponente. A prova de regularidade dar-se-á através da Certidão de Pessoa Jurídica do CREA em vigor na data da entrega das propostas.

II - Atestados, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprovem que a empresa tenha executado contratos de fornecimento, compatíveis em características, quantidades e prazo com o objeto deste TERMO DE REFERENCIA. Sendo para comprovação de compatibilidade a seguinte quantidade mínima do objeto vídeo monitoramento contendo **fornecimento, instalação, configuração, manutenção e suporte técnico on-site 24x7 (24 horas nos 7 dias da semana)**, de:

- Câmeras IP Speed Dome;

- Joystick/Mesa Controladora

- Servidor de monitoramento e armazenamento de imagens com software/licença de monitoramento;

- Nobreak de 5kva ou superior;

- Switches Giga 8 portas ou superior;

- Postes com 9 metros ou superior;

- 1.700 metros de Fibra óptica contemplando projeto junto a concessionária de energia para uso de compartilhamento dos postes;

III - Atestados, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprovem que a empresa tenha executado contratos, compatíveis em características, quantidades e prazo com o objeto deste TERMO DE REFERENCIA. Sendo para comprovação de compatibilidade a seguinte:

- Elaboração de Projeto de Fibra óptica aérea contemplando levantamento de campo, desenho técnico e aprovação junto a Concessionária de energia elétrica para liberação de utilização dos postes;

- Elaboração de projeto de pontos de monitoramento com câmeras IP de alta definição com completa infraestrutura de fixação nas vias urbanas, tais como: postes, suportes, alimentação, aterramento, cabeamentos, equipamentos de proteção e de transmissão de dados;

IV - Prova que possui em seu quadro (matriz ou filial), na data da entrega da proposta, Responsável Técnico habilitado perante Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA sendo Engenheiro Eletricista, ou Eletrônico, ou Telecomunicações (de acordo com as atribuições privativas dadas pela Resolução 218 do CONFEA) da seguinte forma:

- em se tratando de sócio da empresa, a prova será feita por intermédio da apresentação do Contrato Social ou Ato Constitutivo;

- no caso de empregado, mediante cópia da carteira de trabalho ou outro documento legal que comprove o vínculo empregatício, nos termos da legislação vigente;

- no caso de contrato de serviço, o mesmo deverá ser apresentado na íntegra em original ou cópia autenticada;

- para comprovação do registro dos profissionais junto ao CREA, deverá ser apresentada a Certidão de Registro de Pessoa Física, da região da sede da empresa.

1. Para comprovação de Capacidade Técnica Profissional deverá comprovar que possui, Responsável Técnico habilitado perante Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA sendo Engenheiro Eletricista, ou Eletrônico, ou Telecomunicações (de acordo com as atribuições privativas dadas pela Resolução 218 do CONFEA) detentor de Atestados, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (C.A.T.) emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA que comprovem que o profissional tenha executado os seguintes serviços:

- Projeto e Execução de Fibra óptica aérea contemplando levantamento de campo, desenho técnico e aprovação junto a Concessionária de energia elétrica para liberação de utilização dos postes;

- Projeto e Execução de Instalação elétrica de energização de pontos de monitoramento junto a concessionária de energia;

- Projeto e Execução de Circuito Fechado de TV;

- Projeto de rede estabilizada;

- Projeto de cabeamento estruturado;

- Projeto de equipamento de comunicação.

1. A licitante deverá apresentar declaração informando que o profissional detentor do atestado(s) técnico será o responsável pela execução dos serviços.

Heitoraí/GO, 12 de março de 2021.

GERSIMAR DORNELI

Secretário Municipal de Administração

**ANEXO II - PROJETO TECNICO**

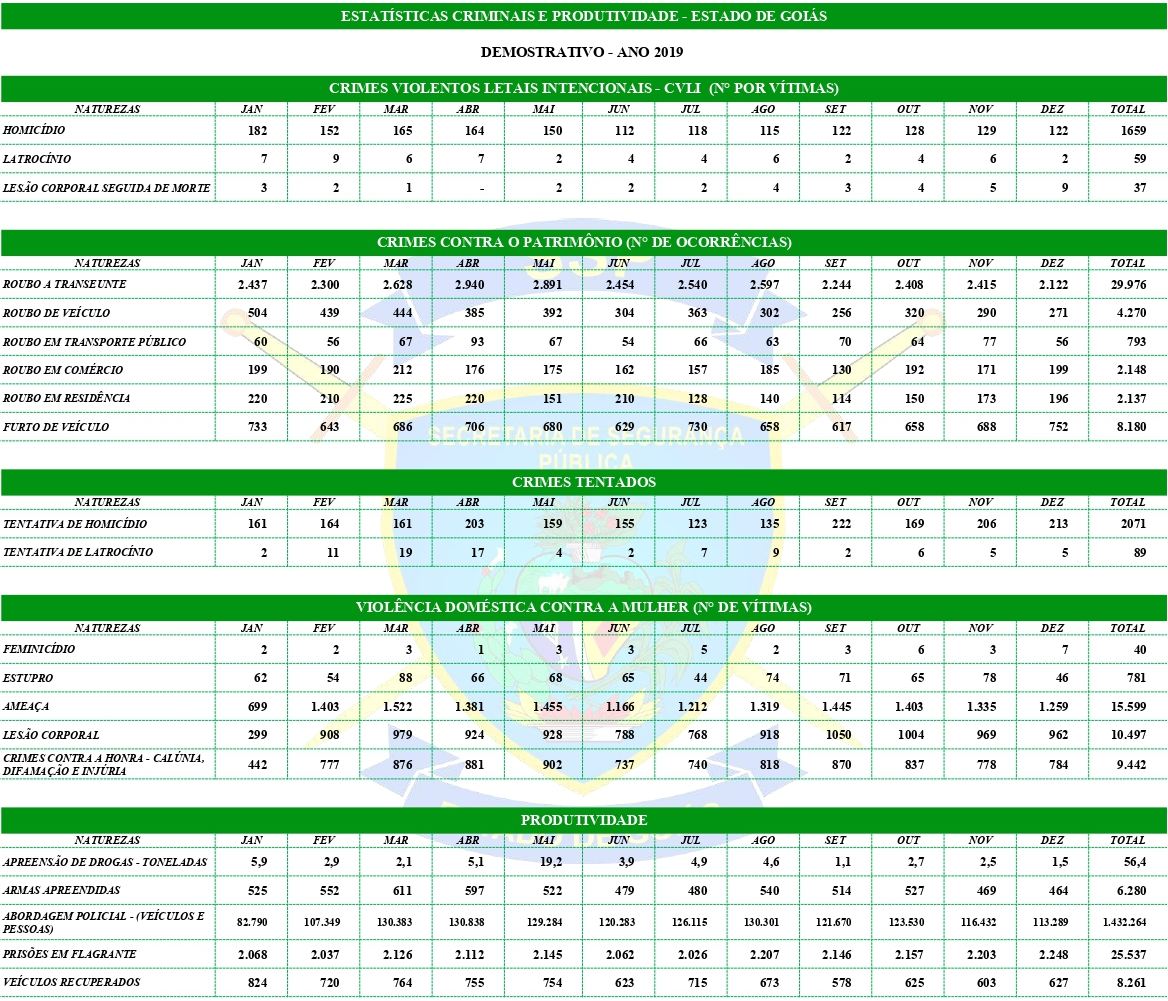
**1. DO OBJETO**

**FORTALECER A SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE HEITORAÍ POR MEIO DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE VÍDEO-MONITORAMENTO URBANO EM VIAS PUBLICAS.**

**2. DA JUSTIFICATIVA**

Acreditamos que somente com o uso efetivo de tecnologia e inteligência, conforme o Programa Sistema Único de Segurança Pública, nas ações do Sistema Integrado de Prevenção da Violência e Criminalidade do Governo Federal - que disponibiliza recursos para implantação de Ações de Prevenção em Segurança Pública para implementação e/ou expansão de Sistema de vídeo-monitoramento – será possível combater a criminalidade de forma eficiente e eficaz.

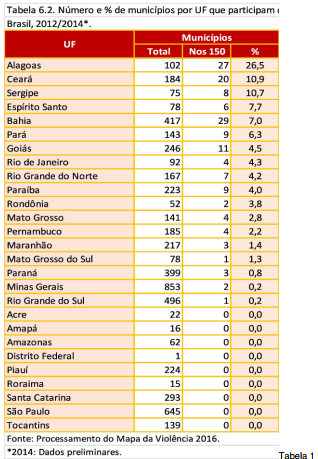
De acordo com os dados estatísticos da Secretaria de Segurança Pública de Goiás (<http://www.ssp.go.gov.br/painelOcorrencias.html>), somente no Estado ao longo dos anos de 2018 e 2019, foram registradas 4.031 Crimes Letais Intencionais, 129.657 Crimes Contra o Patrimônio e 4.443 Crimes Tentados Contra a Vida. Seguem abaixo, os gráficos que materializam os números alarmantes de violência no Estado de Goiás inclusive outros crimes e a produtividade real das ações.

Os números de registros de homicídios, roubos e furtos em geral mostram a imensa violência direta ao cidadão e ao seu patrimônio, sem que haja uma política eficaz de combate a estas incidências. Um aumento de efetivo e a realização de operações policiais conjuntas poderiam diminuir a sensação de desamparo da comunidade local.

Segundo o Instituto Sangari, que divulgou o Mapa da Violência 2012, os principais centros de criminalidade estão se deslocando rapidamente das capitais para o interior dos vários Estados brasileiros, a continuar crescendo na mesma intensidade os índices de homicídios, em menos de 10 anos poderão ser maiores nas cidades pequenas e médias do País do que nas capitais e regiões metropolitanas, decorrente da imigração e do rápido crescimento econômico.

De acordo com o Mapa da Violência 2016 em homicídios por armas de fogo no Brasil, promovido pela Área de Estudos sobre Violência da FLACSO - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais; o Estado de Goiás em 2014 estava na 4ª posição em participação de seus municípios entre os 150 mais violentos quanto aos assassinatos por armas de fogo. Veja tabela abaixo:



Dentre os 246 munícipios goianos, 11 estão entre os 150 municípios mais violentos do país, números estes, que pela conjuntura político‐econômica atual do Brasil só tendem a crescer ao longo do tempo, inclusive no final do ano de 2016, a Revista Exame soltou uma pesquisa das cidades mais violentas do Brasil em números de homicídios/Habitantes (<http://exame.abril.com.br/brasil/as-150-cidades-mais-violentas-do-brasil/>). E não queremos isso para Heitoraí.

Assim, pretende-se com o presente, a **FORTALECER A SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE HEITORAÍ POR MEIO DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE VÍDEO-MONITORAMENTO URBANO EM VIAS PÚBLICAS**, como medida preventiva, a fim de contribuir com as diretrizes e objetivos da Lei nº 11.530 de 24 de Outubro de 2007 a serem executadas pela União em cooperação com os Estados, Distrito Federal e Municípios, dentre elas destacam em grau de importância em seu artigo 3º , inciso I - promoção dos direitos humanos, intensificando uma cultura de paz, de apoio ao desarmamento , inciso IV - promoção da segurança e da convivência pacífica, inciso XV - promoção de estudos, pesquisas e indicadores sobre a violência que considerem as dimensões de gênero, étnicas, raciais, geracionais e de orientação sexual, inciso XVII - garantia da participação da sociedade civil. Em consequência, o presente projeto contribuirá para a execução do Plano Estratégico PM-GO 2016-2022 instituído pela Portaria nº 7899/PM, que tem como objetivo principal em seu art. 2º sistematizar as ações da Corporação, focar esforços e melhorar os resultados operacionais e administrativos.

O Município de Heitoraí dispõe de Destacamento da Polícia Militar instalado na própria cidade sendo, com viaturas e policiais. As equipes receberão o treinamento adequado para operar o sistema, e trabalharão em escala de plantão, tendo à disposição o sistema de computadores e monitores para a vigilância 24h, realizando os primeiros procedimentos policiais e registros visuais sobre eventuais denúncias, ou seja, trabalho com maior eficiência, atendimento em tempo real. A PM atuará diretamente no sistema de postos de monitoramento de 12 horas, ou seja, comportando 1 operador a cada 12 horas, no sistema 24x7.

Em decorrência da presente ação, **SERÃO BENEFICIADAS** de forma direta a **população fixa** do Município de HEITORAÍ, sendo 3.733 habitantes aproximadamente (IBGE/2020), e beneficiará de forma indireta o contingente de Policiais Militares, melhorando seus métodos e incluindo um novo instrumento de trabalho. Entre os benefícios, destacamos: monitoramento de locais de risco, enviar alertas para policiais em tempo real, auxiliando no combate ao crime, auxilia na formação de pesquisas e dados estatísticos e servirão como prova a futuras investigações criminais, devido ao registro de imagens, sem falar na inibição das intenções de práticas delituosas, sabendo que estão sendo monitorados diuturnamente. A sensação de segurança do cidadão de bem sofrerá extrema influência positiva, pois ele terá consciência de que a todo o momento haverá um policial monitorando a possível ação de criminosos.

Além da sensação de segurança sentida pelo cidadão de bem, a criminalidade será coibida, pois o vídeo-monitoramento permite a identificação de pessoas flagradas em delito e torna mais fácil a punição dos agressores sociais.

Tem-se como **OBJETIVO GERAL** a integração da Central de Monitoramento dos Sistemas Estadual e Federal de Segurança Pública. Sendo os **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**:

* Integrar o sistema de defesa social do Município de Heitoraí.
* Contribuir com o serviço de inteligência policial, no abastecimento de banco de dados.
* Otimizar as atividades preventivas do policiamento ostensivo
* Prevenir ou inibir as atividades ilícitas
* Atender as demandas da comunidade em tempo real
* Contribuir para a execução do Plano Estratégico PM-GO 2016-2022 instituído pela Portaria nº 7899/PM

Toda política pública deve se originar de um problema a ser resolvido ou de um problema a ser evitado, seja com recursos próprios, seja com financiamento externo, assim o **PROBLEMA A SER RESOLVIDO** consiste nos seguintes fatos:

- Região com consideráveis índices de crimes contra o patrimônio e contra as pessoas, bem como envolvendo crianças, adolescentes e jovens, em razão da existência de escolas, praças, parques e logradouros públicos.

- Ausência de instrumentos de integração entre órgãos de segurança pública do estado e o município.

A implantação de sistema de vídeo-monitoramento tem se sido largamente utilizado visando a diminuição de índices criminais em áreas críticas.

Índices criminais são influenciados por diversos fatores, sejam de natureza econômica, sociais, estruturais, etc.

O monitoramento de regiões com altos índices de criminalidade, via de regra, gera evidências de crimes, cujo material se reveste de importância fundamental para a persecução penal.

Nesse sentido, um dos resultados esperados mais relevante costumam se materializar na produção de relatórios, fundamentados em imagens, capazes de permitir à polícia judiciária promover frutíferas investigações, que ao fim contribuem decisivamente na redução da criminalidade.

Sendo assim, implementação deste projeto, serão **ESPERADOS OS SEGUINTES RESULTADOS:**

- Diminuição efetiva da criminalidade na região onde o sistema será implantado;

- Otimizar as atividades preventivas do policiamento ostensivo permitindo a redução do tempo de resposta;

- Contribuir com o serviço de inteligência policial, no abastecimento de banco de

Dados;

- Fornecimento de imagens e relatórios para subsidiar investigações da Polícia Civil.

Os RESULTADOS ESPERADOS conforme descrito acima são factíveis e mensuráveis, funcionam como baliza de verificação da política pública implementada.

Assim, cada problema elencado terá um resultado de melhoria de indicadores de segurança pública, por isso a interligação entre Problema 🡺 Resultado 🡺 Mensuração.

Desta forma a **forma** **mensuração** se dará:

- Relatórios estatísticos e produção de análise da mancha criminal na área monitorada com coleta e tabulação de dados

- Relatórios de ocorrências, com dados e imagens para encaminhamento a polícia judiciária.

**3. RESPONSÁVEIS PELO PROJETO**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Nome da Instituição Proponente:** Município de Heitoraí | | |
| Responsável pela gestão administrativa de convênio: **Valmir Batista dos Santos** | | |
| Nº de telefone fixo: (62) 3346-3123 | Nº de telefone celular: (62) 9 8496-2027 | |
| E-mail: [odelcio.muller@hotmail.com](mailto:odelcio.muller@hotmail.com) | | |
| Responsável pela elaboração do projeto técnico: **Odelcio Frederico Muller** | | |
| Nº de telefone fixo: (62) 3346-3123 | | Nº de telefone celular: (62) 9 8496-2027 |
| E-mail: [odelcio.muller@hotmail.com](mailto:odelcio.muller@hotmail.com) | | |
| **Responsável pela execução dos projetos: Secretaria de Administração** | | |
| Nº de telefone fixo: (62) 3346-3123 | Nº de telefone celular: (62) 9 8496-2027 | |
| E-mail: [odelcio.muller@hotmail.com](mailto:odelcio.muller@hotmail.com) | | |

**4. ESTIMATIVA DE VALORES E INDICAÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **NATUREZA DA DESPESA** | **UNID** | **QTD** | **VL. UNIT.** | **VL. TOTAL** |
| 1 | CAIXA HERMÉTICA | 44905200 | UN | 5 | R$ 1.510,00 | R$ 7.550,00 |
| 2 | CÂMERA BULLET FIXA | 44905200 | UN | 1 | R$ 6.683,33 | R$ 6.683,33 |
| 3 | CÂMERA SPEED DOME 25X | 44905200 | UN | 5 | R$ 13.000,00 | R$ 65.000,00 |
| 4 | ESTAÇÃO DE MONITORAMENTO | 44905200 | UN | 1 | R$ 7.416,25 | R$ 7.416,25 |
| 5 | FIBRA ÓPTICA | 44905200 | M | 2600 | R$ 13,59 | R$ 35.325,33 |
| 6 | MESA CONTROLADORA/JOYSTICK | 44905200 | UN | 1 | R$ 10.900,00 | R$ 10.900,00 |
| 7 | MOBILIARIO TECNICO DE OPERAÇÃO / MOVEL | 44905200 | UN | 1 | R$ 6.533,33 | R$ 6.533,33 |
| 8 | MONITOR TV | 44905200 | UN | 1 | R$ 2.897,50 | R$ 2.897,50 |
| 9 | NOBREAK 5KVA | 44905200 | UN | 1 | R$ 15.190,00 | R$ 15.190,00 |
| 10 | NOBREAK 600VA | 44905200 | UN | 5 | R$ 301,25 | R$ 1.506,25 |
| 11 | POSTE 9M CONCRETO | 44905200 | UN | 5 | R$ 4.162,50 | R$ 20.812,50 |
| 12 | RACK 36 US 670MM | 44905200 | UN | 1 | R$ 3.420,00 | R$ 3.420,00 |
| 13 | SERVIDOR PARA MONITORAMENTO ARMAZENAMENTO GRAVAÇÃO DE IMAGENS | 44905200 | UN | 1 | R$ 17.050,00 | R$ 17.050,00 |
| 14 | SOFTWARE-LICENÇA PARA MONITORAMENTO ARMAZENAMENTO GRAVAÇÃO DE IMAGENS | 44905200 | UN | 6 | R$ 2.915,00 | R$ 17.490,00 |
| 15 | SWITCH 8 PORTAS GIGA | 44905200 | UN | 6 | R$ 3.173,33 | R$ 19.040,00 |
| 16 | TRANSCEIVER WDM LADO A | 44905200 | UN | 5 | R$ 1.280,00 | R$ 6.400,00 |
| 17 | TRANSCEIVER WDM LADO B | 44905200 | UN | 5 | R$ 1.280,00 | R$ 6.400,00 |
| 18 | TREINAMENTO | 33903999 | UN | 1 | R$ 1.900,00 | R$ 1.900,00 |
| **VALOR GLOBAL ESTIMADO** | | | | | | **R$ 251.514,49** |

**5. META E ETAPAS DE EXECUÇÃO**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **META** | **ETAPA** | **DESCRITIVO** | **UNID** | **QUANT** | **INÍCIO** | **FIM** |
| 1 | 1 | CAIXA HERMÉTICA | UN | 5 | Dezembro/2020 | Dezembro/2021 |
| 2 | CÂMERA BULLET FIXA | UN | 1 | Dezembro/2020 | Dezembro/2021 |
| 3 | CÂMERA SPEED DOME 25X | UN | 5 | Dezembro/2020 | Dezembro/2021 |
| 4 | ESTAÇÃO DE MONITORAMENTO | UN | 1 | Dezembro/2020 | Dezembro/2021 |
| 5 | FIBRA ÓPTICA | M | 2600 | Dezembro/2020 | Dezembro/2021 |
| 6 | MESA CONTROLADORA/JOYSTICK | UN | 1 | Dezembro/2020 | Dezembro/2021 |
| 7 | MOBILIARIO TECNICO DE OPERAÇÃO / MOVEL | UN | 1 | Dezembro/2020 | Dezembro/2021 |
| 8 | MONITOR TV | UN | 1 | Dezembro/2020 | Dezembro/2021 |
| 9 | NOBREAK 5KVA | UN | 1 | Dezembro/2020 | Dezembro/2021 |
| 10 | NOBREAK 600VA | UN | 5 | Dezembro/2020 | Dezembro/2021 |
| 11 | POSTE 9M CONCRETO | UN | 5 | Dezembro/2020 | Dezembro/2021 |
| 12 | RACK 36 US 670MM | UN | 1 | Dezembro/2020 | Dezembro/2021 |
| 13 | SERVIDOR PARA MONITORAMENTO ARMAZENAMENTO GRAVAÇÃO DE IMAGENS | UN | 1 | Dezembro/2020 | Dezembro/2021 |
| 14 | SOFTWARE-LICENÇA PARA MONITORAMENTO ARMAZENAMENTO GRAVAÇÃO DE IMAGENS | UN | 6 | Dezembro/2020 | Dezembro/2021 |
| 15 | SWITCH 8 PORTAS GIGA | UN | 6 | Dezembro/2020 | Dezembro/2021 |
| 16 | TRANSCEIVER WDM LADO A | UN | 5 | Dezembro/2020 | Dezembro/2021 |
| 17 | TRANSCEIVER WDM LADO B | UN | 5 | Dezembro/2020 | Dezembro/2021 |
| 18 | TREINAMENTO | UN | 1 | Dezembro/2020 | Dezembro/2021 |

**6. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS EMBUTIDOS NA AQUISIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS**

Tendo em vista que a Natureza da Despesa de capital (44) contempla somente a aquisição dos bens, e tendo a Prefeitura a necessidade que estes bens sejam devidamente instalados, configurados e integrados, bem como a prestação de manutenção e garantia on-site por 24 meses, será de responsabilidade da contratada que todos os produtos e equipamentos sejam devidamente instalados, configurados e integrados, onde a contratada deverá suportar qualquer custo que venha a ter com tais serviços embutidos e garantia dos mesmos, devendo prever os serviços descritos neste item 3 e seus subitens.

# **INFRAESTRUTURA**

O módulo de infraestrutura será composto por: postes para fixação das câmeras e seus pontos de energia, eletrocalhas, derivações, tubulação, conduletes, caixas de passagens, elementos de fixação, cabos, conectores, e outros, seja interna (central de monitoramento) ou externa (Captura de imagens), além dos sistemas de interligação por fibra óptica 2FO. O cabo de fibra será monomodo, AS (autossustentável) seguindo as normas pertinentes.

Ficará a cargo da contratada para execução do projeto, o projeto executivo para apresentação junto a concessionária de energia (ENEL) para uso compartilhado dos postes para rede de fibra óptica.

**A.1) LOCAIS DAS CÂMERAS E CENTRAL**

Foi tomado como base para escolha das localizações dos pontos monitorados, a mancha criminal com os dados estatísticos da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, bem como indicações das áreas de interesse para a segurança pública.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **PONTOS** | **ENDEREÇOS** | **LATITUDE** | **LONGITUDE** |
| **PONTO 1 e 6** | Av. CENTRAL esquina Rua NORDESTE | 15°43'22.58"S | 49°49'32.94"O |
| **PONTO 2** | Rua CENTRAL esquina Rua NORDESTE | 15°43'18.57"S | 49°49'33.98"O |
| **PONTO 3** | Rua NORDESTE esquina Av. SAO JORGE | 15°43'12.13"S | 49°49'35.65"O |
| **PONTO 4** | Av. CORONEL HEITOR esquina Rua CAPIM PUBA | 15°43'14.04"S | 49°49'45.07"O |
| **PONTO 5** | Av. CORONEL HEITOR | 15°43'21.14"S | 49°50'1.29"O |
| **CENTRAL** | PREFEITURA – Av. CORONEL HEITOR, esquina Av. Nordeste | 15°43'12.62"S | 49°49'34.21"O |

**A.2) DESENHO DO TRAJETO FIBRA ÓPTICA, LINKS DE RÁDIOS E LOCAIS CÂMERAS**



**Legenda:** *05 pontos de câmeras speed dome*

*01 ponto de câmera bullet fixa*

*01 central de vídeo monitoramento (CVM Amarelo)*

*Trajeto fibra óptica em vermelho*

Sistema composto por plataformas tecnológicas que garantem a Alta disponibilidade; Fácil expansibilidade; Flexibilidade, garantida pelo uso de tecnologias e protocolos abertos; Integração com os sistemas em uso.

1. **CENTRAL DE MONITORAMENTO:**

A central de vídeo-monitoramento que está sendo solicitada neste processo, terá 1 (um) posto de monitoramento, e que possuirá o seguinte layout:



A Central de Monitoramento é encarregada pelo monitoramento, gravação, reprodução, supervisão e controle das diversas câmeras de vídeo remotas, com utilização de equipamentos capazes de permitir visualização da imagem em tempo real, qualidade digital e controle de Pan Tilt e Zoom nas câmeras PTZ.

Deverá ser entregue pela contratada um CONSOLE DE OPERAÇÃO que será uma Bancada para 01 (um) operador em MDF com Painel para Monitores de 48 polegadas, devendo ser fabricada em móveis planejados com acomodação para teclado, CPU, todos os cabos embutidos e divisão de Baias.

As estações de monitoramento deverão comportar 01 monitor de LED (cada baia) ser dispostos em uma mesa de comando dupla para 01 (um) operador, fabricada em MDF revestida de fórmica, com total ergonomia aos operadores. Deverá ser fornecido uma mesa tipo bancada, com suporte a teclado, em formato de baias de trabalho, com dimensão de 85cm x 55cm x 1200 cm, em formica cinza com divisão.

**B.1) Infraestrutura:**

Deverá ser contemplado para a infraestrutura:

* Fornecimento e instalação de componentes para a fixação das câmeras vídeo para instalações ao tempo;
* Fornecimento e instalação de dutos e demais componentes para a sala de monitoramento, material e serviços de lógica e elétrica;

**B.2) Rede Lógica:**

Deverá ser contemplado para a rede lógica:

* Fornecimento, instalação e certificação de cabos de pares metálicos trançados e demais acessórios para a transmissão de dados em banda base.

**B.3) Rede Elétrica:**

Deverá ser contemplado para a rede elétrica:

* Fornecimento e instalação de cabos elétricos e demais componentes para os circuitos de alimentação elétrica de todos os equipamentos;
* Fornecimento de sistema de proteção elétrica e adaptações necessárias conforme norma NBR 5410;
* Fornecimento, instalação e configuração de sistema UPS (Uninterruptible Power Supplies).
* Devem ser disponibilizados pela contratante, nos locais de instalação dos equipamentos em campo, um ramal a 220VAC com disponibilidade de 500W e no CCO um circuito a 220VAC com pelo menos 5000W, devidamente aterrado, de acordo com as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.
* Ficará a cargo da contratada o projeto para energização dos postes (quando houver) para alimentação elétrica dos equipamentos que compõe o ponto monitorado (poste), devendo ser emitido A.R.T. específica para o projeto de energização dos postes junto a concessionária de energia (ENEL), respeitando e cumprindo NTC-04 ENEL (cálculo de carga) e NTC-74 ENEL (ligações especiais para atendimento em baixa tensão).
* **É de responsabilidade da Prefeitura a energização dos pontos monitorados, assim como a disponibilização dos produtos e insumos para liberação pela concessionária que também correrão por responsabilidade da Prefeitura, não sendo a contratada responsável por qualquer morosidade ou inércia da concessionária ou Prefeitura**.

**B.4) INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS (BENS)**

**- Caixa Hermética**

Fixação de armário para abrigar equipamentos, bem como a montagem de fonte, cabos, disjuntores, supressor de surto, nobreaks na parte interna do armário, montagem da parte elétrica interna, organização de cabos dentro da caixa, fixação de prensa cabos, montagem de caixa semastop para fixação dos disjuntores e supressores, instalação de ventilação forçada e acomodação dos terminadores ópticos;

**- Câmera Bullet Fixa**

Endereços IP, usuário, senha;

Configuração de vídeo qualidade da imagem, ajustes de foco, etc.

Ligação da câmera à rede de fibra óptica ou rádio;

Ligação da câmera à rede elétrica ou fonte PoE;

Interligação da câmera ao software de videomonitoramento;

Configuração de presets e analíticos (Ex: LPR) da câmera ou software;

Configuração dos parâmetros de vídeo mediante ao link de transmissão podendo ser ajustada sua resolução para um melhor tráfego no link seja ele de fibra óptica e principalmente sendo link de rádio;

Fixação da câmera ao braço metálico ou diretamente no poste em altura ideal;

Cabeamento entre shelter e câmera;

Após instalação e ativação da câmera no sistema deverá ser feito todo e qualquer ajuste físico no posicionamento da câmera em relação ao braço e ao ângulo de instalação para a melhor visão possível em relação a capacidade angulação, visão geral do ambiente e até mesmo em relação ao relevo.

**- Câmera Speed Dome 25X**

Endereços IP, usuário, senha;

Configuração de vídeo qualidade da imagem, ajustes de foco, etc.

Ligação da câmera à rede de fibra óptica ou rádio;

Ligação da câmera à rede elétrica ou fonte PoE;

Interligação da câmera ao software de videomonitoramento;

Ativação das funções de PTZ junto ao joystick compatível e todas as suas teclas e comandos;

Configuração de presets e analíticos da câmera quando necessário;

Configuração dos parâmetros de vídeo mediante ao link de transmissão podendo ser ajustada sua resolução para um melhor tráfego no link seja ele de fibra óptica e principalmente sendo link de rádio;

Fixação da câmera ao braço metálico;

Cabeamento entre shelter e câmera;

Após instalação e ativação da câmera no sistema deverá ser feito todo e qualquer ajuste físico no posicionamento da câmera em relação ao braço e ao ângulo de instalação para a melhor visão possível em relação a capacidade angulação, visão geral do ambiente e até mesmo em relação ao relevo.

**- Estação Para Monitoramento**

Instalação física do computador no móvel;

Acondicionamento de cabos de modo que não fiquem expostos e desorganizados;

Ativação do computador juntamente com seu sistema operacional, criando usuários de acesso e perfis;

Configuração de rede do equipamento para comunicação com toda a rede e todos os sistemas;

Instalação da aplicação cliente do software de vídeo monitoramento, comunicação do servidor de monitoramento e link das câmeras para visualização em gestão do sistema;

Interligação do computador ao monitor de 48 polegadas replicando a imagem do monitor principal do computador;

**- Fibra Óptica**

Projeto de fibra óptica

Definição de trajeto da fibra, fornecendo os detalhamentos necessários ao planejamento da rede óptica.

Visitas in loco para levantar informações sobre a infraestrutura, postes do trajeto da rede, torres, caixas, fusões ópticas, cálculos de metragem e esforço de cabos.

Projeto em CAD, plotagens, layouts de interligação e planilhas de codificação e organização da mesma;

Deverá ficar a cargo da proponente toda a elaboração, envio e acompanhamento do processo de aprovação da rede óptica diante a concessionária de energia elétrica bem como na Anatel.

Instalação de fibra óptica

Deverão ser lançados cabos ópticos em postes da concessionária de energia (ENEL), contemplando caixas de emenda, fusões ópticas, ferragens e todo material para a equipagem dos postes e acondicionamento da fibra.

Os materiais necessários para as perfeitas instalações das Fibras Ópticas não deverão estar limitados aos itens e/ou quantidades apresentados na Planilha Referencial de equipamentos e serviços. Durante a vistoria, caso seja constatado a necessidade de qualquer item adicional, este deverá estar contemplado na proposta de fornecimento, visando a perfeita instalação da rede óptica.

As emendas das fibras ópticas deverão ser realizadas através de processo de Fusão, apresentando perdas típicas por Fusão na ordem de 0,02 a 0,1 dB.

A CONTRATADA será responsável por todas as providências necessárias junto à ENEL para a realização dos serviços de lançamento, conectorização das fibras ópticas.

A CONTRATADA será responsável pela elaboração de desenhos, planilhas e memoriais descritivos e pelo provimento de qualquer outra informação útil ou necessária para a construção das redes e para a obtenção de Licenças;

Os desenhos de projeto devem conter todos os detalhes e informações exigidos na obtenção de Licenças de Construção e Autorizações, como, por exemplo, detalhes de postes, pontes, canalizações, etc;

A CONTRATADA será responsável pelo cálculo e fornecimento de:

- Documentos e desenhos, numerados e identificados com títulos;

- Arquivos das plantas e documentos em meio magnético.

Os projetos devem ser fornecidos em meio eletrônico, arquivos tipo “.dwg”, com plantas em escala. Os arquivos devem ser gerados em Autocad, em sua versão mais atualizada.

Os arquivos das plantas e planilhas devem ser fornecidos em CD.

A CONTRATADA deve fornecer equipamentos para qualquer tipo de instalação necessária para a perfeita instalação de links de fibra óptica.

Os desenhos de projeto devem ser apresentados de forma precisa e completa, devendo refletir sempre a realidade de campo;

Quando cabeamento em posteamento aéreo: distâncias entre postes, tipos de postes, ocupação dos mesmos, cálculos seguindo as normas da concessionária de energia, etc., quer no momento de sua primeira emissão, quer nas fases de projeto, construção e cadastro.

Quando em cabeamento interno: trajeto do cabeamento, identificação da tubulação, bitola da tubulação, localização dos racks, caixas de emenda e fusões (quando houver).

Os desenhos em papel deverão ser impressos no formato A-1.

As plantas devem conter um título no lado direito inferior com as seguintes informações:

- Logotipo da Prefeitura;

- Nome e número do projeto;

- Local da obra;

- Logotipo e nome da CONTRATADA responsável pela elaboração do projeto;

- Nome, assinatura e número do CREA do responsável técnico pela aprovação do projeto;

- Número do desenho;

- Data;

- Escala do desenho;

- Tipo de serviço.

A legenda da planta deve ser colocada na parte superior da faixa e conter os símbolos e definições utilizadas no projeto.

Notas fornecendo informações relevantes devem ser escritas logo abaixo da legenda de planta.

Na faixa acima do Título com as informações do Projeto deve ser colocado o quadro de revisões. O quadro de revisões deve conter as seguintes informações: número da revisão, motivo, data da revisão e aprovação.

Os cabos devem ser sinalizados nas plantas conforme sua designação, identificando tipo e quantidade de fibras ópticas.

Nos desenhos de projeto, a simbologia tem uma importante função, permitindo entender e analisar o projeto, fornecendo informações sobre materiais e serviços a serem executados, de maneira precisa.

Deve-se optar por rede aérea com a utilização postes da concessionária de energia elétrica ou postes próprios a serem fornecidos pela CONTRATADA e feito todo o trâmite de doação do mesmo à concessionária, quando não houver postes para alugar.

Devem ser deixadas reservas técnicas nos seguintes pontos:

- Emendas: 10 m de cabo de cada lado (para redes internas e externas);

- A cada 500 m: 30 m de cabo, preferencialmente próximo de travessias ou caixas de passagem;

Após a aprovação, a empresa deve fornecer cópias completas do projeto nas seguintes quantidades: 2 (duas) cópias em meio eletrônico (CD), 2 (duas) cópias originais em papel com as assinaturas dos responsáveis técnicos e 3 (três) cópias em papel.

A planta chave deve conter o projeto todo e mostrar a divisão das plantas individuais com suas respectivas numerações;

Indicação do Norte, seta indicando o norte verdadeiro, deve ser desenhada no canto superior direito de todos os desenhos, ao lado da legenda;

O mapa chave deve conter as datas de todas as revisões e emissões.

**- Mesa Controladora/Joystick**

Instalação da mesa controladora (joystick) das câmeras ptz compreendendo em ligação da mesa à estação de monitoramento, ativação da mesa no sistema, completa integração entre câmera🡸🡺joystick🡸🡺servidor fazendo com que a mesa opere todas as suas funções e botões em 100% de suas funcionalidades. Definição de controle canhoto e destro e demais botões para presets, mudanças de imagens, seleção de câmeras, dentre outros.

**- Mobiliário Técnico de Operação/Móvel**

O móvel deverá ser montado e instalado de acordo com o layout desejado pelo cliente e com a perfeita instalação e acomodação do computador. Possuindo local para acomodação do desktop, gaveta para acomodação do teclado, furos para passagem de cabos, calhas para a não exposição do cabeamento.

Deverá ser montado o painel em MDF para acomodação do monitor de 48 na parede em frente à estação de monitoramento e da mesma cor do móvel da mesa. O mesmo deverá ser capaz de embutir os cabos de energia e vídeo atrás do monitor com um afastamento de pelo menos 5cm da parede para a passagem de cabos.

**- Monitor TV**

Instalação e fixação de suporte para tv suportando sua total capacidade de peso.

Montagem do monitor no suporte.

Interligação via cabo HDMI ou DVI até a estação de monitoramento.

**- Nobreak 5KVA**

O Nobreak deverá ficar dentro do rack da sala de monitoramento caso haja espaço físico ou ao lado do mesmo.

Deverá ser montado um quadro de sobrepor com disjuntor independente para a alimentação do nobreak central.

Deverá ser instalado um circuito 220v independente desde o quadro de distribuição principal do prédio que ficará a central de vídeo monitoramento até o quadro de energia do sistema.

Deverá ser feito um circuito que sustente todos os equipamentos instalados na sala de monitoramento e dentro do rack, portanto alimentando com energia estabilizada e mantendo em autonomia todos os equipamentos tais como o servidor de vídeo monitoramento, switch, estação de monitoramento com monitor teclado e mouse, joystick e monitor de 48 polegadas.

Na referida instalação deverá ser feito o aterramento da rede elétrica, seja ele interligando a um aterramento existente ou caso não exista a contratada deverá instalar um novo sistema de aterramento para o sistema desde cordoalhas, hastes e até tratamento do solo com aterragel caso haja necessidade.

**- Nobreak 600VA**

O Nobreak deverá ser instalado dentro do shelter/caixa hermética fixada no poste.

O mesmo deverá energizar todos os equipamentos que estão instalados na caixa tais como switch, câmera, coolers e demais ativos que necessitarem de energia. Sendo energizado pela tomada localizada na caixa semastop instalada no shelter/caixa hermética.

O mesmo deverá ficar em altura suficiente dentro do shelter de modo que caso ocorra alguma vazamento de agua de chuva e acidentalmente entre agua na caixa, o mesmo não fique em posição que possa molhar, ou seja, deverá ficar em uma bandeja suspensa ou suporte o qual mantenha fora de perigo de molhar.

**- Poste 9m Concreto**

A empresa contratada deverá arcar com todas as despesas relacionadas a este serviço, inclusive insumos entre elas:

Efetuar a fundação e implantação dos postes;

Instalação de aterramento para poste bem como acessórios para que ele possa ser energizado, por exemplo roldanas e racks de montagem fixado em fita metálica;

Fixação de armário para abrigar equipamentos, bem como a montagem de fonte, cabos, disjuntores, nobreaks na parte interna do armário;

Testes da rede de energia elétrica;

Teste do aterramento (SPDA) completo para proteção de todos os equipamentos que serão alocados junto ao poste;

Instalar o braço metálico que fixará as câmeras IP ao poste (montagem);

**- Rack 36Us 670mm**

A montagem deverá ser feita dentro da sala de vídeo monitoramento com a fixação de bandejas e guias de cabos. O mesmo deverá, de preferência, ser posicionado de modo a receber ventilação necessária para um perfeito funcionamento dos equipamentos acondicionados dentro do rack.

**- Servidor para Monitoramento Armazenamento Gravação de Imagens e Software-Licença para Monitoramento Armazenamento Gravação de Imagens**

A instalação, customização, integração e ativação deve ser entendida abrangendo todos os procedimentos relacionados à instalação e configuração, física e lógica, parametrização e testes de quaisquer componentes de hardware e software fornecidos no escopo do termo de referência, de modo a garantir o pleno funcionamento da solução, inclusive garantindo a operacionalização e integração com os demais componentes de hardware e software atualmente em uso na rede.

Deverá criar e manter atualizada documentação das atividades, processos, testes, homologação, entrega e conferência, encontros de trabalho, compromissos e prazos, incluindo planos de trabalho, planos de contingência e atas, de modo a compor uma documentação final da implantação a ser entregue a Prefeitura no final do processo. Toda a documentação gerada no escopo do projeto deverá estar no idioma Português.

Deverá providenciar a ligação entre o rack, servidores, switchs, câmeras e demais ativos de rede. A contratada será responsável pelo fornecimento e instalação de todos os insumos inclusive dos cordões ópticos ou patch cords em quantidade suficiente para a conexão ao sistema.

Deverá ser realizado levantamento, local, da situação atual relativa ao uso de recursos de software necessários, incluindo licenças, interfaces utilizadas, servidores e dispositivos conectados, consubstanciando, em relatório, as principais constatações relativas à situação atual, considerando as melhores práticas de mercado, e indicando possibilidades de melhorias a serem implementadas na nova solução de gestão seja ela de rede ou de vídeo monitoramento.

No servidor deverá estar ativa todas as licenças da solução, seja ela de gestão, licença servidor, licença cliente, eventos ativos de rede e sistema operacional.

Deverão ser configurados usuários, prioridades de uso do sistema, presets ou todo e qualquer analítico existente e necessário para a automatização e aumento da eficiência tecnologia do sistema de vídeo monitoramento, seja de pesquisa forense, placas, faces dentre outros.

Deverá ser realizado levantamento, local, da situação relativa ao uso de recursos de armazenamento necessário, incluindo áreas alocadas, equipamentos de interconexão e interfaces utilizadas, servidores e comutadores conectados, recursos de backup/restore etc., consubstanciando, em relatório, as principais constatações relativas à situação atual, considerando as melhores práticas de mercado, e indicando possibilidades de melhorias a serem implementadas na nova solução no quesito armazenamento otimizando resolução de visualização de streams e perfis de armazenamento.

**- Switch 8 Portas Giga**

Deverá providenciar a conexão entre os switches novos e existentes. Para tanto, deverá conectar os switches aos DIOs (distribuidor interno óptico) e servidores do rack.

Deverá ser configurado, caso necessário:

Endereços IP, usuário, senha;

Serviços como Vlans, SSH, Logs;

Controles de bandas

Gerenciamento de portas de rede e fibra

Roteamento

Nas portas de fibra o switch deverá ser configurado a modo que o transceiver receba corretamente a alimentação necessária para atingir a distância do enlace evitando que caso o não haja alimentação correta entre o switch e modulo o mesmo não se ative no slot ou tenha um possível redução do tempo de vida do equipamento.

Deverá ser implementado caso necessário todos os protocolos exigidos para a perfeita comunicação entre switchs, módulos e outros ativos tais como spanning tree, link agregation e troubleshooting para evitar qualquer possível falha na comunicação do dado transmitido ou que ocorra qualquer erro de gênero.

Deverá ser configurado software de gestão de ativos propiciando e facilitando a gestão dos equipamentos instalados.

O switch que irá no rack (na central de monitoramento) a contratada será responsável pelo fornecimento e instalação de todos os insumos inclusive dos cordões ópticos ou patch cords em quantidade suficiente para a conexão dos mesmos.

**- Transceiver WDM Lado A e Lado B**

Deverá providenciar a conexão dos módulos aos switches novos de modo que toda a rede funcione em perfeito estado. As configurações e gestão dos módulos deverão ser feitas diretamente nos switchs.

**B.5) Documentação:**

Deverá ser contemplado para a documentação:

* Elaboração de projeto executivo da solução;
* Fornecimento do projeto “As-Built”;
* Fornecimento dos resultados dos testes de certificação do cabeamento.

**B.6) Procedimentos para Manutenção Corretiva e Garantia:**

* Promover os serviços de manutenção responsabilizando-se pela qualidade dos equipamentos e peças utilizadas, como também a perfeição técnica e acompanhamento das fases de testes após cada serviço.
* Prestar os Níveis e Garantir o serviço – SLA (Service Level Agreement ou Acordo de Nível de Serviço) conforme abaixo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ATENDIMENTO** | | **REPARO** | |
| NÍVEL | Tempo | NÍVEL | Tempo |
| Crítico | 24h | Crítico | 48h |
| Severo | 48h | Severo | 60h |
| Médio | 72h | Médio | 72h |
| Informações | 96h | Informações | 96h |

* Todos os equipamentos e serviços deverão ter garantia de 24 meses, salvo exigência de garantia do fabricante.
* A licitante deverá prover formas para abertura de chamado através de indicação de telefone e e-mail.
* Deverão ser apresentados todos os catálogos, prospectos (datasheets) dos produtos ofertados que comprovem o total atendimento das especificações técnicas constantes do presente termo de referência.

**7. OUTRAS OBRIGAÇÕES**

Todos os itens a serem fornecidos deverão estar de acordo com as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Na inexistência destas, ou em caráter suplementar, poderão ser adotadas outras de entidades reconhecidas internacionalmente, tais como:

\*NEMA - National Electrical Manufactural Comission

\*ANSI - American National Standard Institute

\*IEEE - Institute of Electrical and Electronic Engineers

\*EIA - Electronic Industries Association

Poderão ser aceitas outras normas de reconhecida autoridade, que possam garantir o grau de qualidade desejado e aqui especificado, sempre após ciência e aprovação da Prefeitura de Heitoraí.

Heitoraí/GO, 12 de março de 2021.

****



ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

**MINUTA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO PARA A FORTALECER A SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE HEITORAÍ POR MEIO DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE VÍDEO-MONITORAMENTO URBANO EM VIAS PÚBLICAS ATENDENDO AO CONVÊNIO 906683/2020 DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA.**

**QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE HEITORAÍ E A EMPRESA\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.**

**O MUNICÍPIO DE HEITORAÍ-GO,** pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Coronel Heitor, s/n°, Centro, Heitoraí/GO, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.296.002/0001-03, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. Lucio Pires dos Santos, nacionalidade, solteiro, Agente Público, portador (a) do RG nº 3670383 SSPGO e do CPF nº 800.432.911-04, residente e domiciliado (a) na Av. JK, s/nº, Centro, neste Município de Heitoraí/GO, doravante denominado(a) **CONTRATANTE** e a Empresa \_\_\_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J./MF sob nº \_\_\_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr(a) \_\_\_\_\_\_\_, nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a), na Rua \_\_\_\_\_\_\_, de ora em diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em resultado da licitação instaurada na modalidade **Pregão Eletrônico n° 001/2021 – Processo Administrativo nº 004/2021**, regido pela Lei Federal nº 10.520/2002, pela Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, Decreto Federal nº. 10.024 de 20 de setembro de 2019, aplicando-se, subsidiariamente pela Lei Federal n. 8.666/93, suas alterações e demais especificações e exigências constantes neste Edital e seus anexos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

* 1. O objeto do presente Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos, instalação, configuração, manutenção e suporte técnico para a Fortalecer a segurança do município de Heitoraí por meio da implantação do sistema de vídeo-monitoramento urbano em vias públicas atendendo ao Convênio 906683/2020 do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

#### **2.1.** O presente objeto será prestado sob a forma de execução indireta, conforme ispõe inciso VIII, do art. 6º, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL E** **SUJEIÇÃO ÀS NORMAS LEGAIS E CONTRATUAIS**

**3.1.** A legislação aplicável a este Contrato será regida pela Lei Federal nº 10.520/2002, pelo Decreto Federal nº. 10.024 de 20 de setembro de 2019, aplicando-se, subsidiariamente pela Lei Federal n. 8.666/93, suas alterações, e as demais disposições aplicáveis a Licitação e Contratos Administrativos, bem como as Cláusulas deste instrumento.

**3.2.** Relativamente ao disposto na presente Cláusula, aplicam-se subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

**3.3.** Os casos omissos que se tornarem controvertidos em face das cláusulas do presente contrato serão resolvidos segundo os princípios jurídicos aplicáveis, por despacho fundamentado do Sr. Ordenador de Despesas.

**3.4.** Após a assinatura deste Contrato, toda comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita por meio de correspondência devidamente registrada.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS**

**4.1.** Integram este Contrato os documentos a seguir discriminados, de cujo inteiro teor as partes declaram ter conhecimento e aceitam, independentemente de sua anexação:

**4.1.1.** Ato Convocatório – **Pregão Eletrônico n° 001/2021** e seus Anexos – **Processo Administrativo n° 004/2021** e proposta comercial vencedora e documentação pertinente.

**4.2.** Ato de homologação pela autoridade competente expedido em ...... e **NOTA DE EMPENHO N.º .....**, de ......., cujo resultado foi publicado no Diário Oficial da União nº ....., pág...., de ...... e Diário Oficial do Estado de Goiás edição nº ...., Pág. ....., do dia ..........., conforme consta do processo supra mencionado, submetendo-se as partes às disposições constantes da Lei n.º 8.666/93, às cláusulas e condições aqui estabelecidas e às demais normas legais vigentes.

**4.3.** Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definirem a sua extensão, e desta forma, regerem a execução adequada do Contrato ora celebrado.

**4.4.** Para qualquer alteração nas condições ora estipulados neste Contrato deverão ser feitos Termo Aditivo, assinado pelos representantes legais das partes.

**4.5.** Em caso de dúvidas ou divergências entre os documentos citados no item 4.1 desta Cláusula, estas serão dirimidas considerando-se sempre os documentos mais recentes com prioridade sobre os mais antigos, e em caso de divergências com este Contrato, prevalecerá este último.

#### **4.6.** Não terão eficácia quaisquer exceções às especificações contidas neste instrumento e/ou em seus anexos, em relação às quais a CONTRATANTE não houver, por escrito, se declarado de acordo.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**5.1.** Constituem obrigações da CONTRATADA a previstas neste Contrato ou dele decorrentes:

**5.1.1.** Cumprir o objeto do presente instrumento, entregando o objeto da cláusula primeira deste instrumento novo(s), de 1.ª qualidade e em perfeitas condições de uso.

**5.1.2.** Tomar providências, imediatamente, no caso de rejeição dos materiais, substituindo-o(s), dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da comunicação da irregularidade pela CONTRATANTE.

**5.1.3.** Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação.

**5.1.4.** Instruir o fornecimento do objeto deste Contrato com as notas fiscais correspondentes, juntando cópia da solicitação de entrega e do comprovante do respectivo recebimento.

**5.1.5.** Responder perante a CONTRATANTE e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erro relativos à execução do objeto deste Contrato;

**5.1.6.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato;

**5.1.7.** Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo a CONTRATANTE apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia acordada na Cláusula Oitava, desde que concluído o fornecimento contratado.

**5.1.8.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto de contrato em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções ou não corresponderem às expectativas do edital e seus anexos.

**5.1.9.** Não transferir em hipótese alguma este instrumento contratual a terceiros;

**5.1.10.** Fornecer Garantia pelo período mínimo de 24 (doze) meses, conforme descrito no Termo de Referência do ato convocatório, contados a partir do recebimento definitivo dos equipamentos, salvo o uso indevido, desgaste natural ou acidente, com garantia expressa de troca do material defeituoso no decorrer do prazo sem ônus para a administração, compromete-se durante o período de garantia, a cumprir as obrigações adiante relacionadas, diretamente ou por intermédio de sua(s) representante(s) ou sua(s) credenciada(s).

**5.1.10.1.** O prazo de garantia iniciar-se-á a partir da data da emissão do Termo de Recebimento do Material.

**5.1.11.** Deverá ser observado as exigências e obrigações constantes do Termo de Referência que foi parte integrante do ato convocatório.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**6.1.** Constituem obrigações da CONTRATANTE, além das demais previstas neste contrato ou dele decorrentes:

**6.1.1.** Fornecer e colocar a disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários;

**6.1.2.** Realizar o pagamento em conformidade com as cláusulas e condições estipuladas neste Contrato;

**6.1.3.** Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato;

**6.1.4.** Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

**6.1.5.** Fiscalizar o presente Contrato por meio do setor competente da CONTRATANTE.

**6.1.6.** Acompanhar a entrega do objeto licitado pela CONTRATADA, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão do fornecimento.

**6.1.7.** Deverá ser observado as exigências e obrigações constantes do Termo de Referência que foi parte integrante do ato convocatório.

# **CLAUSULA SÉTIMA – DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS**

**7.1.** Os equipamentos que compõe o objeto da presente licitação, no momento da entrega, deverão atender às condições estipuladas no Edital, Termo de Referência e proposta ofertada.

**7.1.1.** A entrega e instalação dos bens deverá cumprir os seguintes prazos:

I - A entrega dos bens deverá ocorrer em até é de até 60 dias da emissão da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente;

II - A instalação dos bens deverá ocorrer em até 30 dias após o recebimento definitivo do bem.

**7.1.2.** A Autorização de Fornecimento, ou documento equivalente só será expedida após a avaliação do processo licitatório por parte do Ministério da Justiça e Segurança Pública, bem como a disponibilização do recurso financeiro em conta específica do convênio conforme Portaria Interministerial nº 424/2006.

**7.2.** A Contratada obriga-se a fornecer os equipamentos que se refere este Edital, em conformidade com as especificações descritas na Proposta de Preços (Anexo II), sendo de sua inteira responsabilidade a substituição daqueles que não estiverem em conformidade com as referidas especificações.

**7.3.** Os equipamentos deverão virem em embalagens dos fabricantes de forma a proteger a integridade dos mesmos.

**7.4.** O recebimento será procedido por responsável indicado da Guarda Municipal pelo Secretário Municipal de Segurança Pública.

**7.5.** Findo o prazo de inspeção e comprovada a conformidade dos equipamentos com as especificações técnicas exigidas no EDITAL e anexos, bem como aquelas oferecidas pela CONTRATADA, será atestada a Nota Fiscal correspondente pelo responsável indicado, com consequente emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

**7.6.** Relativamente ao disposto na presente cláusula, aplicam-se subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

**7.7.** Todas as despesas relativas à entrega dos materiais permanentes correrão por conta exclusiva da licitante vencedora.

# **CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR DO CONTRATO**

**8.1.** O valor global do presente contrato é de R$\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_)

**8.1.1.** A planilha de composição de valores dos itens que formam o objeto possui os seguintes valores:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **UN** | **QUANT** | **VALOR UNITÁRIO** | **VALOR TOTAL** |
| 1 | CAIXA HERMÉTICA | UN | 5 |  |  |
| 2 | CÂMERA BULLET FIXA | UN | 1 |  |  |
| 3 | CÂMERA SPEED DOME 25X | UN | 5 |  |  |
| 4 | ESTAÇÃO DE MONITORAMENTO | UN | 1 |  |  |
| 5 | FIBRA ÓPTICA | M | 2600 |  |  |
| 6 | MESA CONTROLADORA/JOYSTICK | UN | 1 |  |  |
| 7 | MOBILIARIO TECNICO DE OPERAÇÃO / MOVEL | UN | 1 |  |  |
| 8 | MONITOR TV | UN | 1 |  |  |
| 9 | NOBREAK 5KVA | UN | 1 |  |  |
| 10 | NOBREAK 600VA | UN | 5 |  |  |
| 11 | POSTE 9M CONCRETO | UN | 5 |  |  |
| 12 | RACK 36 US 670MM | UN | 1 |  |  |
| 13 | SERVIDOR PARA MONITORAMENTO ARMAZENAMENTO GRAVAÇÃO DE IMAGENS | UN | 1 |  |  |
| 14 | SOFTWARE-LICENÇA PARA MONITORAMENTO ARMAZENAMENTO GRAVAÇÃO DE IMAGENS | UN | 6 |  |  |
| 15 | SWITCH 8 PORTAS GIGA | UN | 6 |  |  |
| 16 | TRANSCEIVER WDM LADO A | UN | 5 |  |  |
| 17 | TRANSCEIVER WDM LADO B | UN | 5 |  |  |
| 18 | TREINAMENTO | UN | 1 |  |  |

**8.2.** Os preços propostos serão fixos e irreajustáveis.

# **CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO**

**9.1.** O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 05 (cinco) dias, após a entrega de cada item, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, combinado com o art. 73, inciso II, alínea “b”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

**9.1.1.** O pagamento à licitante vencedora será mediante crédito em conta corrente mantida na Unidade Bancária ................. Agência.......... Conta Corrente n.º ...............

**9.2.** Não será efetuado qualquer pagamento à(s) Empresa(s) Contratada(s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**9.3.** Em hipótese alguma será concedido, o reajustamento dos preços propostos e o valor constante da nota fiscal / fatura, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

**9.4.** Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

**9.5.** Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o Órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.

**9.6.** Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

**9.7.** O Órgão não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras.

**9.8.** Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante vencedora, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

**9.9.** A Administração, efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à licitante vencedora.

**9.10.** Será adotado como índice de reajuste dos contratos firmados por órgãos da administração direta, autarquia ou fundação, observados os prazos fixados em lei para sua ocorrência, IPCA-E – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado-Especial, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE (Decreto Municipal n° 634/2009, art. 5°).

**CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**10.1.** As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da a seguinte dotação Orçamentária:

|  |  |
| --- | --- |
| **4.4.90.52** | **SECRETARIA DE XXXXXXX** |
| **XXXXXXXXX** |

|  |  |
| --- | --- |
| **3.3.90.39** | **SECRETARIA DE TRANSPORTE E INFRA-ESTRUTURA** |
| **15.452.1552.2.021 - 3.3.90.39** |

**10.2.** A Administração se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da verba prevista.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA**

**11.1.** O fornecimento do objeto do presente instrumento contratual terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA FISCALIZAÇÃO**

**12.1.** A CONTRATANTE fiscalizará a entrega dos materiais permanentes adquiridos e verificará o cumprimento das especificações solicitadas;

**12.2.** A fiscalização pela CONTRATANTE não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto deste instrumento.

**12.3.** A ausência de comunicação por parte da CONTRATANTE, referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas neste Contrato.

**12.4.** A CONTRATANTE realizará, avaliação da qualidade do atendimento será considerada pela CONTRATANTE para aquilatar a necessidade de solicitar à CONTRATADA que melhore a qualidade do objeto contratado, para decidir sobre a conveniência de renovar ou, a qualquer tempo, rescindir o presente contrato ou, ainda, para fornecer, quando solicitado pela CONTRATADA, declarações sobre seu desempenho, a fim de servir de prova de capacitação técnica em licitações públicas.

**12.5.** A contratada deverá permite o livre acesso dos servidores do órgão ou entidade pública concedente do convênio, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

**13.1.1.** inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

**13.1.2.** ensejar o retardamento da execução do objeto;

**13.1.3.** fraudar na execução do contrato;

**13.1.4.** comportar-se de modo inidôneo;

**13.1.5.** cometer fraude fiscal;

**13.1.6.** não mantiver a proposta.

**13.2.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**13.2.1.** advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

**13.2.2.** multa moratória de 0,2 % (zero virgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

**13.2.3.** multa compensatória de 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**13.2.4.** em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

**13.2.5.** suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

**13.2.6.** impedimento de licitar e contratar com a Contratada pelo prazo de até cinco anos;

**13.2.7.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**13.3.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

**13.3.1.** tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**13.3.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**13.3.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**13.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**13.5.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO**

**14.1.** O presente contrato poderá ser rescindido nos casos previstos na Cláusula Décima Terceira, motivados nos art. 77 e 78 observada as formas estabelecidas no art. 79, todos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e lei Federal n.º 10.520/02.

**14.2.** A rescisão, por algum dos motivos previstos na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e lei Federal n.º 10.520/02 não dará à CONTRATADA direito a indenização a qualquer título, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

**14.3.** A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da CONTRATANTE, a retenção dos créditos decorrentes deste contrato, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos.

**14.4.** O presente contrato poderá ser denunciado, por qualquer das partes, mediante aviso prévio com antecedência mínima de trinta dias, por meio de correspondência protocolizada.

**14.4.1.** A rescisão contratual administrativa ou amigável deverá ser motivadas nos autos e assegurado o contraditório e defesa prévia, na forma estipulada na Cláusula terceira, conforme o caso, com despacho fundamentado pelo ordenador de despesas;

**14.5.** Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pela CONTRATANTE e, comprovadamente realizadas pela CONTRATADA, previstas no presente Contrato.

**14.6.** Em caso de cisão, incorporação ou fusão da CONTRATADA com outras empresas, caberá à CONTRATANTE decidir pela continuidade do presente Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA NOVAÇÃO**

**15.1.** A não utilização, por qualquer das partes, dos direitos a elas assegurados neste contrato e na Lei em geral e a não aplicação de quaisquer sanções neles previstas não importa em novação a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras sendo que todos os recursos postos à disposição da CONTRATANTE serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES**

**16.1.** O presente Contrato poderá ser alterado para ajuste de condições supervenientes que impliquem em modificações nos casos previstos em Diploma Legal pertinente à matéria.

**CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO**

**17.1.** A publicação do presente instrumento, em extrato, no Diário Oficial, ficará a cargo da CONTRATANTE, no prazo e forma dispostos pela legislação pertinente à matéria.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

**18.1.** Fica eleito o foro da Comarca de Itapuranga, Estado de Goiás, para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, sendo esta, competente para a propositura de qualquer medida judicial, decorrente deste instrumento contratual, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente contrato em três vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Heitoraí / GO, \_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_de 2021.

**Ordenador de Despesas Contratada**

Testemunhas:

|  |  |
| --- | --- |
| Nome: | Nome: |
| RG / CPF: | RG / CPF: |

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021

(Nome da Empresa)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, C.N.P.J. n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, sediada\_\_\_\_\_(endereço completo)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por seu representante abaixo assinado, declara, sob as penas da Lei, nos termos do inciso VII, artigo 4º da Lei Federal 10.520/2002, que cumpre plenamente os requisitos da habilitação exigidos no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2021**– **Processo: 004/2021.**

Heitoraí-GO, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome e assinatura representante legal e CNPJ

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE MENOR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021

Declaro que não há no quadro de pessoal desta Empresa, empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Inciso XXXIII do art. 7°, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei n° 8.666, de 21 de Junho de 1.993, sob a nova redação da Lei n° 9.854, de 27 de Outubro de 1.999.

Heitoraí-GO, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome e assinatura representante legal e CNPJ

ANEXO VII

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2021

|  |
| --- |
| **NOME DA EMPRESA:** |
| **CNPJ:** |
| **ENDEREÇO:** |
| **TELEFONE:** |
| **CIDADE / ESTADO:** |
| **BANCO:** |
| **CONTA CORRENTE:** |
| **AGÊNCIA:** |
| **VALIDADE DA PROPOSTA:** |
| **RESPONSÁVEL LEGAL:** |
| **PROFISSÃO:** |
| **ESTADO CIVIL:** |
| **RG:** |
| **CPF:** |
| **ENDEREÇO:** |
| **TELEFONE:** |
| **CIDADE / ESTADO:** |
| **E-MAIL:** |

Heitoraí-GO, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome e assinatura representante legal e CNPJ

**ANEXO VIII**

**DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2021**

Declaramos, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fatos que impeça a nossa empresa de participar de licitações públicas, e compromete-se informar a qualquer tempo, sob as penas da Lei, a existência de fatos supervenientes impeditivos da sua habilitação, na forma determinada no § 2º, do art. 32 da Lei Federal nº 8.666/93

Heitoraí-GO, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome e assinatura representante legal e CNPJ

**ANEXO IX**

**DECLARAÇÃO DE GARANTIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2021**

A Empresa \_\_\_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J./MF sob nº \_\_\_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr(a) \_\_\_\_\_\_\_, nacionalidade, estado civil, profissão, portador (a) do RG nº \_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a), na Rua \_\_\_\_\_\_\_, declara para devidos fins que cumprirá a **GARANTIA**, pelo período mínimo de 24 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do equipamento, salvo o uso indevido, desgaste natural ou acidente, com garantia expressa de troca do material defeituoso no decorrer do prazo sem ônus para a administração,durante o período de garantia, doEdital do Pregão Eletrônico n° 001/2021.

Heitoraí-GO, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome e assinatura representante legal e CNPJ